



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

LEILA MAYARA TÁVORA DE BRITO

RELEVÂNCIA DOS INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO
BANCO DO BRASIL E FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL.

FORTALEZA

2014

LEILA MAYARA TÁVORA DE BRITO

**RELEVÂNCIA DOS INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO
BANCO DO BRASIL E FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Contabilidade.

Orientadora: Prof.^a Célia Maria Braga Carneiro.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

B876r Brito, Leila Mayara Távora de.
Relevância dos investimentos socioambientais: estudo de caso Banco do Brasil e Fundação Banco do Brasil / Leila Mayara Távora de, Brito. - 2014.
73 f. : il., enc. ; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Contábeis, Fortaleza, 2014. Orientação: Profa. Profa. Dra. Célia Maria Braga Carneiro.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Instituições financeiras. I. Título.

CDD 657

LEILA MAYARA TÁVORA DE BRITO

**RELEVÂNCIA DOS INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO
BANCO DO BRASIL E FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Contabilidade.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Célia Maria Braga Carneiro (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Vicente Lima Crisóstomo

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Jeanne Marguerite Molina Moreira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

Esta monografia estuda a política de investimentos socioambientais promovidos pelo Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil, identificando a atuação de uma instituição financeira que possui em sua estrutura uma área específica para desenvolver atividades inerentes à Responsabilidade Socioambiental, assim como também a atuação de uma Fundação criada para atuar de forma independente em determinados segmentos, como uma extensão do programa de Responsabilidade Socioambiental daquele Banco. Apresenta, ainda, a importância da instituição de uma Fundação para atuar no social, destacando os principais projetos socioambientais por ela desenvolvidos. A metodologia adotada na pesquisa foi de natureza qualitativa, que tem como característica predominante a capacidade interpretativa do autor. Foi realizado um estudo multicaso, em que se investigou, dentro de um contexto real de duas instituições, o que foi exposto ao longo do trabalho; utilizando-se a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica para a coleta de dados; bem como análise de conteúdo para interpretar os dados extraídos. O estudo concluiu acerca da importância do investimento social privado para a atuação da Fundação Banco Brasil e o seu foco nas classes sociais mais vulneráveis, destacando os projetos de empregabilidade; enquanto o Banco do Brasil atua em investimentos socioambientais e na liberação de financiamentos para as entidades privadas.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental. Instituição Financeira. Fundação.

ABSTRACT

This monograph examines the politics of environmental investments promoted by the Bank of Brazil and the Bank of Brazil Foundation, identifying the role of a financial institution's structure to develop specific activities related to Social Responsibility area, as well as the performance of a Foundation created to act independently in certain segments, as an extension of the Social Responsibility program that bank. It also presents the importance of the establishment of a Foundation to act in social, highlighting key environmental projects developed by it. The methodology used in the research was qualitative in nature, whose predominant feature interpretive ability of the author. One multicase study in which we investigated, within a real context of two institutions, which was exposed during the work was done; using documentary research and literature for data collection; and content analysis to interpret the extracted data. The study concluded on the importance of social investment for the performance of Brazil Bank Foundation and its focus on the most vulnerable social classes, highlighting the designs of employability; while the Bank of Brazil acts on environmental investments and release of funds for private parties

Keywords: Social and Environmental Responsibility. Financial Institution. Foundation.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela1 – Representativa de funcionários em comitês formais de saúde e segurança..... | 26 |
| Tabela 2 – Indicadores de Segurança..... | 27 |
| Tabela 3 – Diversidade na governança..... | 29 |
| Tabela 4 – Diversidade no quadro de funcionários..... | 30 |
| Tabela 5 – Remuneração média por gênero e categoria funcional..... | 30 |
| Tabela 6 – Percentual de treinados em práticas anticorrupção..... | 34 |
| Tabela 7 – Programa de condicionamento de cartuchos de toner..... | 37 |
| Tabela 8 – Consumo de óleo diesel..... | 37 |
| Tabela 9 – Consumo total de energia..... | 38 |
| Tabela 10 – Consumo de água nos edifícios estratégicos..... | 39 |
| Tabela 11 – Inventário de emissões de CO ₂ do Banco do Brasil..... | 40 |
| Tabela 12 – Inventário de emissão de CO ₂ do Banco do Brasil..... | 40 |
| Tabela 13 – Resíduos do programa coleta seletiva..... | 41 |
| Tabela 14 – Programa de condicionamento de cartuchos toner..... | 42 |
| Tabela 15 – Investimentos em geração de trabalho e renda..... | 53 |
| Tabela 16 – Investimentos em educação e cultura..... | 54 |
| Tabela 17 – Eixo de atuação..... | 55 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Origem dos recursos investidos, FBB, 2012..... | 49 |
| Gráfico 2 - Recursos de terceiros, FBB, 2012..... | 49 |
| Gráfico 3 - Percentual de realização, FBB, 2012..... | 50 |
| Gráfico 4 - Percentual por região, FBB, 2012..... | 51 |
| Gráfico 5 - Percentual de aplicação dos investimentos totais, FBB, 2012..... | 51 |
| Gráfico 6 - Percentual do investimento social em geração de trabalho e Renda, FBB, 2012..... | 52 |
| Gráfico 7 - Investimento social em educação e cultura, FBB, 2012..... | 54 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | |
| 2.1 Responsabilidade Social Corporativa | 3 |
| 2.2 Responsabilidade Socioambiental nos Bancos | 6 |
| 2.2.1 A Política Socioambiental e as Políticas Públicas | 8 |
| 2.3 Relatórios de Sustentabilidade | 10 |
| 2.3.1 Balanço Social | 10 |
| 2.3.2 Global Reporting Initiative (GRI) | 11 |
| 2.4 Investimento Social Privado | 14 |
| 2.5 Teoria dos Stakeholders | 16 |
| 3 METODOLOGIA | 19 |
| 4 ESTUDO MULTICASO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO BANCO DO BRASIL E DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL | |
| 4.1 Banco do Brasil e a Responsabilidade Socioambiental | 21 |
| 4.1.1 Modelo de Divulgação GRI | 22 |
| 4.1.2 Materialidade dos Indicadores | 22 |
| 4.1.3 Indicadores Relevantes para o Banco e os Stakeholders | 23 |
| 4.2 Fundação Banco do Brasil e a Responsabilidade Socioambiental | 47 |
| 4.2.1 Realização do Investimento Social em 2012 | 48 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 58 |
| REFERÊNCIAS | 61 |
| ANEXOS | 64 |

1. INTRODUÇÃO

Defende-se o estudo da Responsabilidade Socioambiental Corporativa por ser um tema de relevância na atualidade, visto que os consumidores têm exigido das empresas uma atuação baseada na ética e no comprometimento com a sociedade. Os bancos, engajados nessa nova perspectiva, abandonaram a visão estritamente lucrativa e passaram a ser colaboradores das atividades sociais que garantem maior qualidade de vida à comunidade.

Como forma de estender a estratégia de Responsabilidade Socioambiental (RSA), as empresas têm direcionado recursos para entidades do Terceiro Setor, realizando, por meio destas instituições, seu investimento social privado. O Banco do Brasil, compreendendo a importância de direcionar recursos a uma entidade que atue unicamente no contexto social, instituiu a Fundação Banco do Brasil para complementar sua política de RSA.

O Banco do Brasil (BB) e a Fundação Banco do Brasil (FBB), por se tratarem de Instituições de destaque no cenário nacional, bem como pela forte política de Responsabilidade Social, são as empresas escolhidas para ser objeto de estudo deste trabalho.

A importância social de destacar o tema em estudo baseia-se na compreensão pela comunidade diretamente interessada dos investimentos realizados por essas instituições, bem como dos resultados alcançados.

Nessa perspectiva, este estudo busca solucionar o seguinte problema científico: “Qual a relevância dos investimentos socioambientais realizados pelo Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil?”.

O objetivo geral da pesquisa está pautado em analisar a relevância dos investimentos socioambientais propostos pelo Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil, no contexto bancário e das comunidades/sociedade.

De maneira específica, busca-se identificar as áreas de atuação e as políticas socioambientais promovidos por cada Entidade; destacar a importância da criação de uma Fundação para atuar no âmbito social, através da realização de parcerias na captação de recursos com investimentos sociais privados, e de estruturação de programas sociais; desenvolver análise comparativa dos investimentos socioambientais realizados por ambas as entidades para alcançar os seus objetivos operacionais.

O trabalho está estruturado em cinco seções. Esta, primeira, introduz o tema da pesquisa. A segunda apresenta a fundamentação teórica, destacando-se a Responsabilidade Socioambiental no contexto bancário; os Relatórios de Sustentabilidade

utilizados para divulgação das ações socioambientais do setor bancário, o Investimento Social Privado e a Teoria dos *Stakeholders*. A terceira seção evidencia a metodologia científica adotada no estudo e a quarta trata sobre a análise da política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil. Na quinta seção, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa surgiu como resposta à crescente exigência da sociedade perante as organizações na incorporação de princípios sociais e ambientais na definição de suas estratégias, operacionalização dos negócios e relacionamento com *stakeholders*; a fim de conciliar os interesses das pessoas que habitam o ambiente em que está inserida com seus anseios empresariais. As empresas deixaram de ser apenas agentes econômicos, com a finalidade de produzir riquezas, para atuarem, também, como agentes sociais na preservação ambiental, na oferta de bens e serviços de qualidades, na criação e manutenção de empregos e no bom relacionamento com seus colaboradores.

A Responsabilidade Socioambiental contempla duas dimensões complementares a econômica: uma de caráter ambiental e outra de essência social, ambas baseadas em um bom relacionamento com todos os seus públicos. A empresa, portanto, deve buscar um modelo de atuação que equilibre as dimensões econômicas, social e ambiental. Sob essa perspectiva, apresenta-se o conceito divulgado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS, 2013):

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

As organizações têm buscado aplicar o conceito de Responsabilidade Social na execução de suas atividades, bem como incorporá-los à sua missão. Isso não significa incorporar maiores custos ou processos mais burocráticos, tendo em vista que o conceito de Sustentabilidade se baseia num desenvolvimento econômico concomitante ao desenvolvimento socioambiental. Dessa forma, as empresas procuram alinhar o desenvolvimento econômico e social do meio em que estão inseridas, satisfazendo as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

A sociedade dá sinais de que o modelo empresarial que só objetiva a maximização de riqueza através do lucro deve ceder espaço para um modelo que compreenda os interesses dos diversos públicos que se relacionam com a empresa, com a amplitude adicional de preservação do meio ambiente, da redução de poluentes, e de investimentos que aliviem os desgastes naturais que ocorreram no passado, rompendo a estrutura anterior para a liberação de um novo projeto ético político, conhecido como responsabilidade social (SILVA, 2008).

De acordo com Nogueira e Faria (2012), a Sustentabilidade Corporativa está associada ao conceito do *Triple Bottom Line* (TBL), que significa que a empresa deve levar

em consideração três aspectos básicos na condução de suas atividades: o ambiental, o econômico e o social.

A variável ambiental diz respeito à qualidade do impacto da atividade produtiva da empresa no meio ambiente, de forma a maximizar os efeitos positivos por ela causados. O aspecto econômico refere-se ao retorno do investimento, no qual a empresa deve buscar a remuneração do capital e o lucro. Já o terceiro ponto considera o capital humano, representado pelos empregados da organização e a comunidade; políticas socioambientais e o progresso social.

Esse tripé deve se relacionar de forma harmoniosa e integrada de maneira que a organização deve ser economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta; buscando, assim, o equilíbrio e servindo para orientar os gestores da empresa ao longo do processo decisório. Conforme expõe ARREBOLA (2004):

Os três lados, econômico, ambiental e social, devem ser vistos com pesos iguais, pois da mesma maneira que o desenvolvimento econômico não se sustenta sem uma contrapartida ambiental e social, os outros também não se sustentam sem a contrapartida de desenvolvimento econômico da empresa.

O conceito de Responsabilidade Social está associado ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das empresas alcançam um universo de atores sociais mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas; assim costuma-se identificar duas dimensões de atuação social da organização: a interna, com foco nos empregados e nas suas famílias; e a externa, baseada no relacionamento da empresa com a comunidade em que está inserida e a sociedade como um todo. Cabe destacar que as ações socialmente responsáveis devem ser igualmente efetivadas, de maneira que haja um equilíbrio entre as demandas de todos os segmentos com os quais a empresa interage.

A estratégia de sustentabilidade proporciona aos colaboradores motivação para desempenhar melhor suas atividades, garantindo satisfação dos clientes e aumento de produtividade. Sob essa ótica, a empresa considerada socialmente responsável buscará atender às demandas de seus acionistas/investidores, colaboradores, assim como também de todos os *stakeholders* com os quais interage.

O conceito de Responsabilidade Social é confundido, por muitas vezes, com Filantropia. Cabe destacar que se referem a ideias diferentes. Santos (2003) afirma que a filantropia é uma ação que se origina do sentimento de ajudar às pessoas, situação em que não há vínculo algum com o planejamento estratégico da empresa e a atuação de seus negócios, tratando-se de ações esporádicas em que não se associa à imagem da organização. Já, a Responsabilidade Social consiste numa abordagem mais ampla e

conectada à estratégia empresarial tendo em vista tratar-se de um instrumento de gestão. É uma ação permanente, baseada num compromisso com a comunidade e com ampla divulgação.

O Instituto ETHOS (2013) explica a diferença entre Responsabilidade Social e Filantropia:

A filantropia é basicamente uma ação social externa da empresa, que tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não governamentais, associações comunitárias etc.) e organizações. A responsabilidade social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios. Assim, a responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz.

Segundo a *Business for Social Responsibility – BSR* (2002 apud SANTOS, 2003), organização sediada nos Estados Unidos que forma parcerias com empresas para o sucesso comercial com responsabilidade social, a responsabilidade corporativa ajuda empresas nos seguintes aspectos: facilita o acesso ao capital de investidores; aumenta as vendas e reforça a visibilidade da marca; atrai e mantém uma força de trabalho produtiva; ajuda a gerenciar riscos e facilita a tomada de decisões.

A organização que age de acordo com os preceitos de Responsabilidade Corporativa conquista inúmeras vantagens. Podem ser citados como benefícios obtidos por meio da adoção de práticas sustentáveis: a agregação valor à sua marca, tornando-se mais competitiva no mercado e com uma imagem positiva perante os consumidores e colaboradores que desejam ingressar na Instituição; a valorização do preço das ações, que facilitam o acesso de capitais dos investidores; a fidelização de consumidores que passam a estimar organizações que valorizam seus colaboradores, preocupam-se com o meio ambiente e coíbem a corrupção e diminuição de riscos nos negócios. (Carvalho *et al.*, 2009; Rosa *et al.*, 2009).

Todos os setores da economia têm buscado incorporar metodologias sustentáveis na dinâmica de suas atividades. As empresas estão alinhando o investimento socioambiental às suas estratégias negociais. Diante da ação inerte do Estado, essa nova visão das empresas traz para si um compromisso socioambiental com a sociedade.

O setor financeiro, em particular, tem papel estratégico na aplicação dos princípios socioambientais pelas empresas. Em virtude de sua influência na economia, as instituições financeiras são agentes estimuladores do desenvolvimento sustentável. Elas disseminam o

conceito de responsabilidade social corporativa, junto aos funcionários, parceiros e fornecedores, buscando minimizar o impacto negativo na cadeia produtiva.

2.2 Responsabilidade Socioambiental nos Bancos

O Setor Bancário Brasileiro é composto pelos bancos comerciais, múltiplos, de investimentos, de desenvolvimento e pela Caixa Econômica Federal. Ao final de 2012, conforme dados da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o setor apresentava os seguintes números: 160 bancos, dos quais 89 privados nacionais, 62 privados com controle estrangeiro e nove bancos públicos federais e estaduais.

De acordo com o Banco Central (2012), o setor emprega diretamente cerca de 633 mil pessoas, distribuídos em aproximadamente 22 mil agências espalhadas pelo país. Além das agências, os bancos contam com uma extensa rede de terminais de auto-atendimento, postos de atendimento bancários e correspondentes, ampliando sua presença em todo o país. Alguns, como é o caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, firmam parcerias com outras instituições, Correios e Casas Lotéricas, respectivamente, permitindo a oferta de serviços em pontos adicionais; e permitindo o acesso a serviços bancários em locais do interior do país.

Nas sociedades modernas, os bancos são responsáveis pela execução de três atividades clássicas: mobilização e rentabilização da poupança do público, financiamento do consumo e da produção e operação de um sistema de pagamentos e recebimentos. O setor bancário brasileiro tem, a cada ano, aumentado os índices de novas aberturas de contas correntes, bem como a maior utilização dos serviços bancários pelos já correntistas. Isso demonstra a necessidade crescente da população pelos serviços, assim como a exigência de qualidade na sua prestação.

As instituições financeiras têm buscado, a cada dia, inserir o tema sustentabilidade em suas atividades. As perspectivas sociais e ambientais já estão exercendo papel relevante nas tomadas de decisões dessas empresas. Esse alinhamento deve-se à percepção pelos bancos do alto impacto indireto decorrente das suas atividades de financiamento, bem como da vantagem competitiva e novas oportunidades de negócios a partir da adesão de práticas socioambientais. A FEBRABAN (2013) esclarece a atuação dos bancos baseada em práticas sustentáveis:

A atuação sustentável dos bancos está alinhada aos princípios que estimulam o comportamento ético e responsável por todos, o que inclui, necessariamente, a transparência em suas ações e o diálogo permanente, comprovando o compromisso com o desenvolvimento e a criação de valor para toda a sociedade.

A importância dada às questões socioambientais pelos bancos brasileiros pode ser percebida, por exemplo, pela adesão maciça a pactos nacionais e internacionais relacionados ao tema. Essa aderência deve ser transformada em gestão e colocada em prática, caso contrário representará apenas um compromisso firmado sem atingir seus principais objetivos. Como exemplo desses compromissos assumidos são os Princípios do Equador e o Protocolo Verde.

Conforme FEBRABAN (2013), os Princípios do Equador foram lançados em 2002, na cidade de *Joahannesburgo*, por grandes corporações bancárias. Esse documento estabelece critérios mínimos ambientais e sociais para avaliação de créditos em projetos que exigem investimentos superiores a US\$ 10 milhões.

Entre os critérios estabelecidos pelos Princípios do Equador, cuja adesão é voluntária, cite-se: o impacto ambiental do projeto sobre flora e fauna, a exigência de compensações em dinheiro para populações afetadas por um projeto, a proteção a comunidades indígenas e a proibição de financiamento de projetos com uso de trabalho infantil ou escravo.

A aplicação dos princípios será de responsabilidade das instituições financeiras, que devem investir na qualificação dos seus analistas para atender às exigências. Segundo o *Equator-Principles*, atualmente 79 instituições financeiras em todo o mundo são signatárias dos Princípios do Equador. No Brasil, são adeptos dos Princípios os seguintes bancos: Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Banco Pine, Bradesco e Caixa Econômica Federal.

O Protocolo Verde trata-se de uma carta de princípios para o desenvolvimento sustentável firmada em 1995 pelos bancos oficiais brasileiros (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Banco Central do Brasil), na qual se propõem a empreender políticas e práticas que estejam sempre e cada vez mais em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras (BANCO DO BRASIL, AGENDA 21).

Esse acordo prevê o compromisso dos bancos com: o fomento ao desenvolvimento sustentável; a avaliação socioambiental dos empreendimentos a serem financiados; a ecoeficiência das práticas administrativas; a evolução das políticas e práticas voltadas à sustentabilidade; e a previsão de mecanismos de monitoramento e governança dos compromissos assumidos pelos signatários (BANCO DO BRASIL, 2013).

2.2.1 A Política Socioambiental e as Políticas Públicas

As Instituições Financeiras são consideradas organizações de baixo impacto socioambiental em virtude da natureza de suas atividades, visto que não oferecem produtos ou serviços que afetem ao meio ambiente ou causem danos à sociedade. Contudo, é avaliada como responsável indireta por ações que agridem ao meio socioambiental quando levada em consideração sua atividade de financiamento.

A má gestão na liberação de recursos pode causar danos relacionados à degradação ambiental, bem como a desestabilização econômica de uma localidade.

O financiamento inadequado pode desencadear o endividamento descontrolado de indivíduos anteriormente excluídos do sistema financeiro, tais como aposentados e pensionistas ou desempregados os quais não obtiveram orientação adequada na liberação dos recursos.

Segundo dados do BACEN (2013), de julho a agosto o índice de endividamento medido por essa instituição bateu um novo recorde, aumentando de 45,1% para 45,36%. Isso é resultado do acesso facilitado ao crédito, alavancado pelo crédito imobiliário, e da falta de educação financeira dessas famílias, que necessitam de orientação para manter em equilíbrio o orçamento familiar.

O banco deve avaliar potencial impacto da concessão do crédito ao cliente, através de seu risco. Nesse sentido, a introdução do cadastro positivo de clientes, possibilitando a avaliação com base em informações confiáveis, permitirá maior cobrança para a responsabilidade da instituição financeira na concessão do crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Outra situação de ameaça aos direitos humanos e aos fundamentos da vida em civilização é o financiamento de atividades ilícitas camufladas por elementos que as façam parecer legais, tais como: o consumo de drogas, a extorsão de menores, o tráfico de mulheres, a exploração de trabalho escravo e infantil, atentados terroristas e a lavagem de dinheiro. Daí a necessidade do cumprimento de exigências para a liberação do crédito, que deve ser precedida de análise detalhada e cautelosa, incluindo estudos de viabilidade socioeconômica e submissão a princípios do direito e da ética.

O Banco do Brasil é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade de economia mista, tendo a União participação em mais de 60% das ações. Agente financeiro do Tesouro Nacional, o Banco do Brasil não atua apenas como um banco múltiplo é também agente da política de desenvolvimento da União e possui como princípios norteadores das suas ações sociais as políticas públicas definidas pelo Governo Federal.

Atuando na missão de promover o desenvolvimento sustentável do país através de políticas públicas, o Banco do Brasil oferta produtos que amenizam problemas sociais e

propiciam o crescimento regional. São exemplos de negócios sociais da Instituição o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e o BB Crédito Acessibilidade.

O Banco do Brasil também atua como instituição financeira credenciada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para operar na concessão de financiamentos próprios dessa instituição. Este, por sua vez, financia projetos que resultem em melhoria das condições de vida da população brasileira.

Como instituição que lidera o volume de operações de repasses do BNDES, o Banco do Brasil, ao atuar como intermediário na concessão de financiamentos com recursos provenientes do BNDES, deve se alinhar a um conjunto de exigências, que vão desde a análise criteriosa dos impactos sociais e ambientais de qualquer projeto de financiamento a investimentos que gerem benefícios diretos sobre a qualidade ambiental e a diminuição das desigualdades sociais e regionais do país.

Os bancos têm papel fundamental na gestão da sustentabilidade, pois, embora não sejam responsáveis diretos pelos eventos danosos ao meio ambiente, aos direitos humanos e à igualdade social, possuem a prerrogativa de serem indutores e mobilizadores na alocação de recursos dos financiamentos. Outra função importante é que, devido à sua capilaridade e amplitude, têm a capacidade de disseminar novas culturas e promover a educação financeira, configurando-se num poderoso agente de transformação. Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008 *apud* MEDEIROS, 2011):

O papel principal, e estratégico, dos bancos é o de indutor de práticas de sustentabilidade, em função do forte poder de persuasão que possuem como instituições detentoras de recursos. Assumindo este papel, os bancos podem contribuir significativamente para uma nova postura em direção à sustentabilidade, em toda a sociedade brasileira.

As Instituições Financeiras têm, ao longo do tempo, aumentado o interesse em abordar os impactos socioambientais de seus produtos e serviços financeiros, tal fato está relacionado ao empenho em minimizar os riscos relativos ao crédito, conformidade e reputação decorrentes da exposição aos riscos ambientais e sociais.

Silva (2008) destaca em sua pesquisa as principais ações a serem desenvolvidas por um banco socialmente responsável, quais sejam: redução do consumo de água e energia; gerenciamento de consumo de papel e materiais de expediente; criação de fundos de investimento considerados éticos, em que parte dos recursos é destinados a atividades sociais, criação e amparo de fundações educacionais, culturais e de inclusão social; esclarecimentos e campanhas sobre a situação planetária; estruturação de projetos de plantio de árvores e preservação de reservas florestais; cerceamento de crédito a empresas

e fornecedores que promovem o trabalho escravo ou infantil e publicação de Balanço Social e adesão a tratados, acordos, leis e regulamentações.

As empresas têm demonstrado interesse em evidenciar os investimentos socioambientais por elas efetivados, pois avaliam que esse tipo de informação agrega valor aos serviços prestados ou produtos produzidos ou comercializados. Nessa perspectiva, as instituições têm divulgado relatórios de sustentabilidade, visando aumentar a transparência de suas informações.

2.3 Relatórios de Sustentabilidade

Atualmente, não são apenas os indicadores econômico-financeiros que demonstram o desempenho de uma organização; cada vez mais, os indicadores de caráter social e ambiental são analisados para verificar o desempenho da empresa. A transparência na divulgação sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais tornou-se fundamental e indispensável para a eficácia na tomada de decisões sobre investimentos, entre outras decisões mercadológicas.

Nesse cenário, destaca-se a importância da utilização dos modelos de indicadores socioambientais para que as organizações possam analisar e mensurar seu desempenho perante a sociedade, permitindo-as melhorar continuamente suas práticas. Os indicadores socioambientais também são instrumentos utilizados pelas empresas para a definição de suas estratégias de atuação e na definição do relacionamento comportamental com seus *stakeholders*.

Existem diversos modelos de indicadores socioambientais, os quais são adotados pelas organizações que desejam elaborar seus relatórios de sustentabilidade com o intuito de controlar e acompanhar suas práticas sustentáveis. Como não existe a obrigatoriedade de divulgar os indicadores, várias estruturas e modelos podem ser seguidos para a elaboração do relatório.

2.3.1 Balanço Social

O Balanço Social, embora não seja de divulgação obrigatória, constitui um dos principais relatórios divulgados pela empresa, que contempla o seu relacionamento com diferentes públicos e suas ações de Responsabilidade Social. Esse documento possui como função principal a divulgação de assuntos de natureza socioeconômica, a fim de prestar contas para com a sociedade e demais usuários. Nessa perspectiva, encontra-se o Balanço Social como um instrumento para análise qualitativa e quantitativa da realidade econômica e social de uma entidade.

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que tem como finalidade evidenciar informações contábeis, econômicas, ambientais e do desempenho das empresas, aos seus diversos usuários, devendo refletir a responsabilidade da empresa para com a sociedade (CARVALHO, 2009).

As informações contidas no Balanço Social são extraídas dos registros contábeis e transformadas em indicadores, destacando-se a importância da Contabilidade ao fornecer informações necessárias para sua elaboração.

No Brasil, os primeiros balanços sociais surgiram na década de 80. A partir da década de 90, entidades de diversos setores passaram a publicar o relatório, quando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) elaborou um modelo simplificado de balanço, e o sociólogo Herbert de Sousa (o Betinho) iniciou uma campanha pela divulgação voluntária das empresas. O IBASE é uma organização não governamental e tem como missão combater a desigualdade democrática. Tornou-se um modelo bastante utilizado pelas empresas brasileiras, e possui modelos diferenciados para micro e pequenas empresas e para entidades do Terceiro Setor.

O modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE tem cinco dimensões que contemplam informações relacionadas a indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Em síntese, deve apresentar as seguintes informações; conforme Anexo A.

O modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE contempla duas importantes características: 1) o modelo apresenta informações referentes a dois anos, o que possibilita uma análise comparativa; e 2) pela sua simplicidade no preenchimento e compreensão, as empresas se sentem motivadas a elaborá-lo.

2.3.2 Global Reporting Initiative (GRI)

A GRI é uma organização não governamental, criada em 1997, a partir de um acordo internacional representado por várias Organizações não Governamentais. Suas diretrizes têm o propósito de auxiliar a organização na elaboração de relatórios de sustentabilidade, embasado na concepção de *Triple Bottom Line*, retratando seu desempenho ambiental, social e econômico. Esse modelo de relatório surgiu da necessidade de minimizar dificuldades relacionadas a pouca transparência, baixa padronização e dificuldade de comparabilidade entre os relatórios.

A divisão dos indicadores em três categorias distintas – econômica, ambiental e social – permite a composição de diversas análises, como a observação do comportamento de apenas um grupo de indicadores ou o confronto entre o desempenho econômico e o desempenho ambiental (FERNANDES, 2010).

Segundo Ferreira (2008), a GRI tem como missão oferecer uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que possam ser utilizados por organizações de qualquer porte, setor ou localidade; a fim de dar transparência junto aos *stakeholders* sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais. Através de uma linguagem global e coerente, o modelo da GRI tem proporcionado o fornecimento de informações coerentes sobre a sustentabilidade empresarial.

Cada uma das três categorias, econômica, ambiental e social, possui um conjunto de indicadores de desempenho adicionais e essenciais. Além disso, inclui informações sobre a forma de gestão e um conjunto de correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais.

O Relatório de Sustentabilidade baseado nas diretrizes da GRI divulga os resultados obtidos dentro de determinado período. A elaboração do relatório é embasada em diretrizes que se encontram estruturadas em duas partes. De acordo com CASTRO (2009):

A parte 1 abrange os três elementos principais do processo de elaboração do relatório: (1) os princípios para definição de conteúdo - materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade e abrangência; (2) os princípios para assegurar a qualidade - equilíbrio, clareza, exatidão, periodicidade, comparabilidade e confiabilidade; e, (3) as orientações para definição do limite do relatório ou das unidades de negócios que terão seu desempenho incluído ou excluído do relatório de sustentabilidade.

A Parte 2, por sua vez, trata do conteúdo que deve constar do relatório. Este conteúdo está segregado em três categorias: (1) Perfil, que fornece informações de contextualização para o entendimento da organização, inclusive do seu desempenho geral, como, por exemplo, estratégia, perfil e governança; (2) Forma de Gestão, que descreve a forma como a empresa trata determinado tema ou conjunto de temas. Serve para fornecer o entendimento do desempenho de uma área específica; e, (3) Indicadores de Desempenho, que fornece informações comparáveis sobre os desempenhos econômico, social e ambiental (GRI, 2006a).

A primeira parte inclui a definição do conteúdo, qualidade e limite do relatório. Suas diretrizes são baseadas em alguns princípios como transparência, inclusão, abrangência, relevância contexto de sustentabilidade, exatidão, neutralidade, clareza, periodicidade e verificabilidade. Enquanto a segunda parte materializa o conteúdo a ser incluso no relatório de sustentabilidade, segregado em três categorias: perfil, forma de gestão e indicadores de desempenho.

Os indicadores de desempenho, que expõem informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação, podem ser classificados em essenciais e adicionais.

Os indicadores essenciais são aqueles que são aplicáveis e relevantes para a maioria das organizações e deverão necessariamente ser relatados no relatório, exceto no caso de ser demonstrado pela organização que o indicador não está alinhado aos princípios de destacados pela GRI. Os indicadores adicionais, por sua vez, são aqueles que podem ser aplicáveis e relevantes para algumas organizações, mas, geralmente, não os são para a maioria, além daqueles que representam práticas emergentes (GRI, 2006 *apud* CASTRO *et al.*, 2009).

Conforme destacado pelo GRI 2010-2011, os indicadores sociais são subdivididos nas seguintes categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Segundo as diretrizes da GRI (2010), os indicadores econômicos reportam-se aos impactos da organização sobre seus *stakeholders* e o cenário econômico local, nacional e global. Eles estão segregados em três aspectos: desempenho econômico, cujo intuito é destacar os impactos econômicos diretos das atividades da organização, assim como o valor econômico agregado dessas atividades; presença no mercado, que se propõem em fornecer informações sobre as interações em determinado mercado; e impactos econômicos indiretos, que buscam medir os impactos econômicos resultantes das atividades econômicas e das transações realizadas pela organização.

Os indicadores ambientais, ainda segundo as diretrizes da GRI (2010), englobam o desempenho relacionado a insumos e à produção; além de aspectos relativos à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações, como, por exemplo, gastos com meio ambiente.

Também são disponibilizados os suplementos setoriais, que complementam as diretrizes com interpretações e orientações sobre como aplicá-las em determinado setor, além de incluir indicadores de desempenho específicos do setor.

No setor financeiro, os suplementos setoriais, específicos desse setor, reportam-se às seguintes seções: impacto de produtos e serviços, econômica, ambiental e social.

Tendo em vista ser globalmente aplicável a qualquer organização que deseje preparar seu relatório de sustentabilidade, em qualquer lugar do mundo, a estrutura da GRI é desenvolvida e continuamente melhorada por meio de um intenso engajamento de organizações e especialistas que ampliam e revisam seu conteúdo. Atualmente, esse modelo encontra-se em sua terceira versão (G3), ampliada (G3.1). No entanto, a versão G4 já foi lançada em 2013 e em 2014 já deverá estar sendo utilizada pelas entidades.

A GRI apresenta três níveis de aplicação, intitulados C, B e A. Isso implica em informar, de forma clara e transparente, quais elementos da Estrutura de Relatórios GRI foram aplicados na elaboração do relatório. Além disso, uma organização poderá

autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível, caso tenha sido utilizada verificação externa, geralmente empresa de auditoria.

2.4 Investimento Social Privado (ISP)

A partir das décadas de 80 e 90, quando surgiu nas empresas o interesse em responsabilizar-se pelo desenvolvimento social, houve um fortalecimento das organizações do terceiro setor, emergindo, então, o conceito de Responsabilidade Social Corporativa e Investimento Social Privado.

O Investimento Social Privado representa uma dimensão da Responsabilidade Social Corporativa e consiste, segundo o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), no repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Incluem-se, nesse âmbito, as ações sociais protagonizadas pelas empresas, fundações e institutos de origem empresarial.

As companhias, de modo geral, adotam uma ou mais formas de investimento social: direto, quando a própria empresa realiza e controla os projetos; indireto, por meio de parcerias; e o investimento a partir da constituição de uma fundação (BORGES. *et al.*, 2007).

Nesse contexto de Investimento Social privado, surgem as fundações. Segundo Perret e Junqueira (2011), são entidades públicas, sem fins lucrativos e de direito privado; constituídas a partir da junção de bens personificados, segundo a vontade de seu instituidor, para um fim específico de utilidade pública. Realizam atividades em consonância com a atuação do Estado, com as expectativas dos *stakeholders* e da comunidade envolvida, e alinhadas com os objetivos negociais das empresas.

As fundações são influenciadas pelas entidades mantenedoras e atuam em harmonia com os objetivos e valores das empresas que as constituíram. Têm como característica principal a perenidade, qualidade que impede a alteração do objetivo a que foi vinculado o patrimônio.

O ISP muda o foco da relação entre empresas e Terceiro Setor. As ações corporativas deixam de ser caritativas e/ou de cunho religioso, passando a ser estruturadas de forma a levar em conta a preocupação com o desenvolvimento e a sistematização de todo o processo (SOUZA, 2011).

A atuação da fundação engloba planejamento, organização e controle; e é direta ou indiretamente direcionada pela empresa, a qual dispõe dos recursos financeiros necessários à condução dos projetos. Essas entidades desenvolvem e mantêm projetos sociais com o propósito de transformar a realidade social, no intuito de superar a pobreza e as deficiências nas áreas da educação, trabalho e renda, meio ambiente; buscando atender, sobretudo, aos interesses da comunidade em que estão inseridas.

A promoção do Investimento Social Privado proporciona reflexos positivos para os três principais agentes envolvidos no processo: empresa, Estado e sociedade. Para as corporações empresariais, além de contribuir para a solução dos problemas sociais, tem a oportunidade de melhorar a sua imagem junto à população e obter vantagem competitiva. O Estado, por sua vez, obtém parceiros que contribuem para a gestão das políticas sociais. E a sociedade é beneficiada com projetos que refletem positivamente no desenvolvimento social da comunidade.

As empresas de grande porte possuem maiores oportunidades de influenciar as discussões acerca de políticas sociais, para isso utilizam-se de suas fundações, que, por sua vez, dispõem de uma condição privilegiada em virtude do poder econômico da empresa mantenedora, possibilitando-lhes uma estrutura que facilita o desenvolvimento de trabalhos sociais.

No ISP, a empresa destina recursos para o financiamento das atividades da fundação, procurando desenvolver projetos sociais próprios. A partir dessa atuação direta, a empresa se utiliza de estruturas, conhecimentos e influências já por ela consolidados.

De maneira geral, as empresas mantenedoras estão constantemente presentes na vida das fundações e exercem influência na determinação dos investimentos sociais privados. A ligação estreita entre empresa e fundação faz com que a última tenha sua autonomia enfraquecida, mesmo que seja a fundação que planeje, execute e proponha novos projetos há a necessidade de estarem em consonância com os objetivos e valores da empresa, já que ela obtém ganhos de imagem com a fundação, além de necessitarem serem aprovados pelo Conselho (PERRET, JUNQUEIRA; 2011).

De acordo com Souza (2011), existe uma tendência de que as menores empresas invistam em projetos de terceiros; em contrapartida, os maiores investidores preferem executar seus próprios projetos.

Por tratar-se de uma dimensão da Responsabilidade Social Corporativa, as práticas relacionadas ao Investimento Social privado (ISP) não devem estar dissociadas das práticas de Responsabilidade Social da empresa, que é a responsável pelo fomento da fundação na implantação e desenvolvimento de programas sociais.

De modo geral, as fundações são constituídas por empresas mantenedoras com o objetivo de complementar os serviços oferecidos de forma insuficiente pelo Estado. Suas ações são voltadas para a promoção da educação e qualidade de vida.

O Bradesco, com a finalidade de empreender ações de melhoria social, criou em 1956 uma fundação. Um dos pioneiros em ações de investimento social privado no Brasil, a Fundação Bradesco possui foco de atuação na educação e tem a missão de oferecer ensino de qualidade em todos os estados do Brasil.

Nascemos com o objetivo de promover a inclusão e o desenvolvimento social por meio da educação. Sempre priorizando o ensino de qualidade, queremos transformar a vida das pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013).

Assim como o Bradesco, outra instituição empenhada em investimentos sociais é o Banco Itaú, para cumprir essa finalidade, criou em 2002 a Fundação Itaú Social. Com foco de atuação na área de educação e avaliação de projetos sociais, a fundação atua em todo território brasileiro.

Superar os desafios para conquistar a excelência nesse campo, em um país complexo como o Brasil, é tarefa para a sociedade. Assim, todas as atividades da Fundação Itaú Social são realizadas em conjunto com governos, empresas e organizações não governamentais voltadas para as questões educacionais (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2013).

A empresa se apresenta como o instrumento de origem das ações sociais que culminaram no desenvolvimento de uma fundação. Além de transferir recursos para essas instituições e controlar sua atuação, a empresa obtém junto à sociedade uma imagem de empresa socialmente responsável.

As fundações, em seu discurso, mostram que tanto a origem das ações de responsabilidade social quanto o planejamento estratégico dessas ações surgiram nas empresas. Tal fato cria laços muito fortes entre a fundação e a empresa (BORGES *et al.*, 2007).

O Banco do Brasil alinhado a essa concepção de empresa socialmente responsável, instituiu a Fundação Banco do Brasil como extensão das políticas sociais da entidade.

A Fundação Banco do Brasil possui foco de atuação nas áreas de educação, trabalho e renda e tecnologia social, buscando financiar projetos que tragam soluções para os problemas sociais.

2.5 Teoria dos Stakeholders

A expressão *stakeholders* refere-se a todos os indivíduos que interagem com a organização, influenciando ou sendo influenciado por ela. O termo surgiu como extensão de *Shareholder*, que remete aos acionistas e proprietários da empresa.

Stakeholders (partes interessadas) são definidos como as organizações ou indivíduos que podem ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços da organização relatora e cujas ações possam significativamente afetar a capacidade dessa organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso. Isso inclui entidades ou indivíduos cujos direitos, nos termos da lei ou de convenções internacionais, lhes conferem legitimidade de reivindicações perante a organização (GRI, 2010).

Freeman (1984 *apud* COSTA, 2010) é o responsável pelo conceito mais amplo e disseminado sobre *stakeholders*, definindo-os como todos aqueles que podem afetar ou são afetados pelas organizações.

A Teoria dos *Stakeholders* vem sendo utilizada nas organizações com a finalidade de orientar as ações dos gestores. Assim, essa teoria propõe que todas as decisões tomadas pela cúpula da organização leve em consideração as partes interessadas.

A teoria dos *stakeholders* busca reconhecer e observar as características de todas as partes interessadas, estabelecendo uma boa relação entre os *stakeholders* envolvidos. Conhecer os *stakeholder* é essencial para assegurar a legitimidade da empresa em relação a eles, permitindo maior cooperação entre as partes (LADEIRA, 2009).

Segundo Rabelo e Silva (2011), identificam-se como principais grupos de interesse: proprietários e acionistas, fornecedores, funcionários, clientes, comunidade, meio ambiente, mídia e opinião pública, concorrentes, governo e instituições financeiras. A Responsabilidade Social da organização abrange esses grupos de interesse, os quais devem ser levados em consideração no planejamento estratégico da corporação, visto serem afetados pelo sucesso ou fracasso da empresa.

Segundo Costa (2007 *apud* Rabelo e Silva, 2011), acreditava-se que o planejamento da empresa deveria levar em consideração apenas os interesses e opiniões dos acionistas, por serem considerados os únicos interessados na organização. Entretanto a globalização e o aumento da concorrência fizeram perceber que existem vários grupos de interesse que afetam o planejamento da empresa.

Os *Stakeholders* têm interesse ou exercem impactos sobre a organização, ou seja, ou têm desejo de obter algo através da empresa, como, por exemplo, os colaboradores que têm interesses econômicos, ou podem causar alterações sob a organização, dependendo de suas atitudes ou de sua visão sobre ela. Por isso, é importante saber gerenciar as necessidades conflitantes desses grupos de interesses sob a organização (RABELO e SILVA; 2011).

De acordo com Costa *et al.* (2010), os *stakeholders* apresentam níveis de influência diferentes numa organização e, para identificar, é necessário analisar em cada *stakeholder* a presença dos seguintes atributos: poder, legitimidade e urgência.

O poder se caracteriza como a capacidade de pôr em prática sua vontade sobre a de outros atores. A legitimidade está relacionada à percepção que se tem da organização: se as ações da mesma são desejáveis, valorosas, ou se não o são. Já a urgência caracteriza-se como a demanda que determinados atores possuem por respostas frente às organizações.

Clarkson (1995 *apud* MAINARDES *et al.*, 2011) classifica os *stakeholders* em dois grupos: os primários, aqueles que têm relações contratuais formais ou oficiais com a empresa, como clientes, fornecedores, empregados, acionistas, entre outros; e os secundários, que não possuem relações formais com a organização, como governo e comunidade.

Sousa e Almeida (2003) apontam a existência de dois tipos de *stakeholders*, de acordo com o caráter de voluntariedade: o ativo e o passivo. O *stakeholder* ativo “tem direitos relacionados diretamente aos direitos de propriedade” (envolvidos voluntariamente com a organização). Já o *stakeholder* passivo “tem direito sobre a empresa para que não sejam infringidas liberdades ou perdas”.

A Teoria dos *Stakeholders* é utilizada como estratégia de gestão corporativa, trazendo vantagem competitiva para a organização. Existe uma relação de troca de interesses entre a organização e as partes interessadas, essas devem ter suas necessidades identificadas a fim de que sejam atendidas suas expectativas perante a empresa.

Estabelece-se uma relação de troca entre a empresa e seus *stakeholders*, acentuando-a com aqueles cruciais para a sobrevivência empresarial. O sucesso de uma empresa pode depender da habilidade de seus administradores em gerar riqueza, valor e satisfação para seus *stakeholders* (LADEIRA, 2009).

As organizações do terceiro setor, em especial as Fundações, por ser objeto dessa pesquisa, também são aplicadas a Teoria dos *Stakeholders*. Embora sejam organizações que não visam o lucro, as Fundações possuem diversos públicos com diferentes expectativas.

As organizações estão cada vez mais sendo arguidas a respeito dos efeitos de seus programas, já que assumiram papéis significativos na sociedade. Precisam mostrar resultados e construir uma boa reputação perante a comunidade para que esta continue apoiando-a e incentivando seus projetos (LADEIRA, 2009).

As instituições financeiras têm como principais grupos de *stakeholders*: colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, comunidade, Governo, entidades de classe, órgãos reguladores, sindicatos, concorrentes, Organizações Não Governamentais (ONGs).

O Banco do Brasil possui relacionamento com os seguintes *stakeholders*: funcionários, fornecedores, clientes, acionistas e credores, parceiros, concorrentes, comunidades, governo e meio ambiente. A Fundação Banco do Brasil, por sua vez, tem

como grupos de relacionamentos: o Banco do Brasil, comunidade, governo, colaboradores, fornecedores, parceiros e meio ambiente.

3. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa consiste no conjunto de procedimentos adotados para a realização do estudo, permitindo, de forma racional, atingir os objetivos propostos. Gil (2009) define a relevância da pesquisa científica:

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa científica exige a aplicação de métodos que deem suporte à execução do estudo.

Para a realização deste trabalho científico, optou-se pelos métodos dedutivo e indutivo. Foi utilizado o método dedutivo, que partiu dos aspectos teóricos sobre investimentos em sustentabilidade, visando conhecimentos específicos no estudo de uma instituição financeira e sua fundação através do Relatório de Sustentabilidade. O método indutivo permitiu aprofundar os conhecimentos específicos sobre os investimentos sustentáveis no BB e na Fundação BB.

Como métodos de procedimentos foram utilizados os métodos monográfico, tendo em vista o estudo de um tema, de forma profunda, em duas instituições; e o método comparativo, pois foram comparados os indicadores socioambientais das duas entidades.

Segundo Gil (2009), as pesquisas podem ser classificadas quanto aos seus objetivos gerais como exploratórias, descritivas e explicativas.

Neste estudo, considerando a classificação com base nos objetivos, foi utilizado o tipo de pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2009), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiarização com o assunto, tornando o problema explícito. Devido o tema Responsabilidade Socioambiental estar evoluindo no contexto científico, este estudo terá o propósito de tornar mais explícita a atuação socioambiental de uma instituição financeira e sua fundação.

A análise descritiva foi aplicada na determinação da matriz de materialidade e dos indicadores relevantes para o Banco do Brasil e, de acordo com Gil (2009), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Na classificação, com base nos procedimentos técnicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a documental e o estudo multicaso. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias é aquela já tornada pública em relação ao

tema estudado. Baseia-se em livros e publicações cujas fontes de dados condensam as observações realizadas por outros atores. Este estudo teve como principais fontes publicações em teses, artigos, livros e publicações em sítios eletrônicos.

A pesquisa documental incide sobre dados ou documentos que ainda não receberam tratamento analítico, pois são de fonte primária, e aqueles que são de fonte secundária, como os Relatórios de Sustentabilidade divulgados pelas entidades objeto deste estudo. As autoras definem também a pesquisa documental como aquela em que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo-se o que se denomina de fontes primárias.

Essa pesquisa caracteriza-se como estudo multicaso, em que foram analisados dados referentes a investimentos socioambientais destacados nos Relatórios de Sustentabilidade do Banco do Brasil S.A e da Fundação Banco do Brasil. O estudo multicaso realiza uma análise profunda sobre a maneira como vem sendo tratado o tema de pesquisa aplicado a uma realidade prática, a fim de investigar dentro de um contexto positivo o que foi fundamentado no aspecto teórico.

Yin (2010) apresenta o seguinte conceito:

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, caracterizada pelo exame minucioso e detalhado das características dos elementos apresentados nos Relatórios de Sustentabilidade. Para Richardson *et al* (2011), a pesquisa qualitativa consiste na busca por uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos fenômenos.

Quanto à análise de dados, foi utilizadas, ao longo da pesquisa, a técnica análise de conteúdo que, segundo Richardson *et al.* (2011), é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais aperfeiçoados que se aplicam a discursos diversos. Tal fato permitiu descrever e interpretar o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil.

4. ESTUDO MULTICASO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO BANCO DO BRASIL E DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

4.1 Banco do Brasil e a Responsabilidade Socioambiental

O Banco do Brasil S.A. (BB) é a maior instituição financeira da América Latina, sendo líder em diversos segmentos e referência em sustentabilidade e governança. Oferece soluções, serviços e produtos nos segmentos bancários, de investimento, gestão de recursos, seguros, previdência e capitalização. Além de atuar em exclusividade como agente financeiro do Tesouro Nacional.

No Brasil, o BB possui a maior rede própria de atendimento entre as instituições financeiras, oferecendo aos seus clientes uma rede ampla de agências e postos de atendimento. Desde 1º de janeiro de 2012, o BB firmou parceria com a rede de atendimento do Banco Postal, a qual passou a integrar a rede Mais BB de correspondentes.

A instituição também vem ampliando sua presença internacional, apresentando aproximadamente 50 pontos de atendimento no exterior, organizados em agências, subagências, unidades de negócios/escritórios e subsidiárias.

O Banco do Brasil tem como missão ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência. A instituição aplica o referencial de sustentabilidade como princípio de sua atuação, disseminando do conceito de responsabilidade socioambiental por toda a estrutura organizacional. Dessa forma, a temática é assunto relevante no processo de tomada de decisão.

Como forma de orientar sua estratégia em sustentabilidade, bem como cumprir sua missão, o BB dispõe, desde 2005, de um Plano de Sustentabilidade – Agenda 21 do Banco do Brasil. Esta se encontra estruturada em três eixos: Processo e Gestão RSA, Negócios Sustentáveis e Investimento Social Privado. O Banco define e revisa periodicamente desafios e ações para cada um, permitindo o desenvolvimento dessas diretrizes até a operação.

O processo de atualização e implementação das ações da Agenda 21 ocorre a cada dois anos e envolve todas as áreas do Banco, além dos representantes dos seus principais públicos. Cabe ao Conselho Diretor a aprovação e o acompanhamento das ações efetivadas através de uma prestação de contas semestral. Também acompanham e avaliam as ações do relatório o Fórum de Sustentabilidade, composto por 24 integrantes de unidades estratégicas do Banco, além da Fundação Banco do Brasil (FBB).

Ressalte-se que, embora seja atualizado a cada 2 anos, o Plano de Sustentabilidade do BB poderá ser revisto tempestivamente em razão das demandas sociais que surgirem e forem consideradas prioritárias. O processo de revisão realizado em 2012 resultou na definição de 92 ações para o período 2013-2015.

4.1.1 Modelo de Divulgação GRI

O BB adota a estrutura de relatórios da *Global Reporting Initiative* (GRI). A publicação tem nível A+ de aplicação das diretrizes estabelecidas pela GRI do suplemento para o setor financeiro.

O conteúdo do relatório contempla as ações desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco do Brasil entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012, sendo assegurado pela KPMG Auditores Independentes. Dessa forma, o BB pretende adequar sua publicação às práticas de mercado mais recorrentes e proporcionar ao leitor o melhor entendimento possível de seu resultado.

A partir do Relatório Anual de 2006, o BB passou a adotar os indicadores da terceira geração da GRI, modelo de Relatório de Sustentabilidade reconhecido internacionalmente, com a finalidade de avaliar seu desempenho socioambiental.

Os dados econômico-financeiros apresentados nos relatórios dizem respeito ao BB e a todas as suas empresas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, no país ou no exterior. Enquanto as informações socioambientais apresentadas no relatório abrangem apenas algumas empresas da organização.

4.1.2 Materialidade dos Indicadores

No processo de atualização do Plano de Sustentabilidade, o Banco definiu os temas materiais, os quais são considerados relevantes e prioritários para sua atuação. A materialidade inclui iniciativas que envolvem debates e consultas aos *stakeholders* sobre desafios considerados prioritários e que serão destacados ao longo do relatório, abrangendo temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou que possam influenciar decisões dos *stakeholders*.

A matriz de materialidade consiste numa representação gráfica dos resultados do processo de consulta que tornaram prioritários temas estratégicos. Apresenta-se em dois eixos: o interno, que traz a perspectiva da empresa e de sua estratégia de negócios; e a externa, que traz a perspectiva de prioridade dos *stakeholders*, conforme Anexo B.

Foram realizados encontros e discussões com seus públicos de relacionamento, a fim de desenvolver a matriz de materialidade do Banco do Brasil. Essa consulta resultou na

priorização de doze desafios considerados relevantes para o Banco e prioridade para os *stakeholders* no exercício de 2012.

Desses doze desafios, seis estão relacionados à dimensão econômica, dois à dimensão social e quatro à dimensão ambiental. Todos são destacados no relatório, acompanhados de indicadores da GRI a eles relacionados e das ações previstas para os próximos anos.

4.1.3 Indicadores Relevantes para o Banco e os *Stakeholders*

O Banco do Brasil, em seu Relatório de Sustentabilidade (2012), evidencia os indicadores considerados relevantes para a Instituição e os *stakeholders*, conforme Anexo C. Na dimensão econômica, são contemplados os Indicadores de Perfil 1.3, 4.1, 4.7, 4.9, 4.10 e 4.13; e os Indicadores de Desempenho Econômico EC2, EC6, EC8 e EC9. Este trabalho se atém aos indicadores das dimensões social e ambiental por se tratarem de objeto de estudo da pesquisa.

No desempenho de suas funções operacionais, o BB possui papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, pois, em virtude da natureza de suas atividades e de sua capilaridade, o Banco afeta de forma incisiva o cotidiano das comunidades, tornando-se agente de transformação social.

As ações sociais promovidas pelo Banco são direcionadas para a comunidade e seus funcionários. Dessa forma, indicadores sociais são subdivididos nas categorias práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

No âmbito das práticas trabalhistas, entre as ações presentes na política de Responsabilidade Socioambiental do BB, encontram-se condutas direcionadas para a promoção e valorização da diversidade, com o intuito de respeitar os direitos humanos, prezando pela eliminação de todas as formas de preconceitos existentes. Para isso, são realizados treinamentos sobre a temática, tendo como público-alvo todos os funcionários, visando mostrar que essa é uma realidade no Banco e no mercado.

Exemplo de ação que preza pela diversidade é o direito de incluir companheiros homoafetivos como dependente dos funcionários associados aos planos de saúde e previdência. Além disso, o Banco também desenvolve atividades para consolidar a política de integração das pessoas com deficiências. Para o corpo funcional, destacam-se ações que buscam eliminar barreiras que impedem o acesso pleno a atividades de capacitação e a produtos relacionados à ascensão profissional e ao direito de inserção na rotina de trabalho.

No eixo educacional, o BB dispõe da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UNIBB), a fim de auxiliar seus funcionários a aperfeiçoar seus talentos, crescer

profissionalmente e contribuir para a realização de negócios. A UNIBB tem a finalidade de capacitar os funcionários, agregando conhecimento e adicionando valor ao desempenho pessoal e profissional. Anualmente, são estabelecidas metas relacionadas à capacitação de funcionários.

No que tange à associação e à negociação coletiva, o BB apoia campanhas de sindicalização, garantindo, inclusive, possíveis reuniões convocadas pela entidade sindical no local de trabalho. Além disso, mantém negociação permanente e realização de mesas temáticas para debate de temas escolhidos em acordo entre organização sindical e o Banco.

Em relação à saúde e à segurança, a temática é prioridade para o Banco, o qual desenvolve ações no âmbito do seu Acordo Coletivo de trabalho que prevê, por exemplo, a reinserção do profissional quando diagnosticado com patologia que comprometa suas funções, tendo origem ocupacional ou não. Continuamente, são realizados procedimentos relativos à segurança bancária que proporcionam aos funcionários bem-estar e evitam exposição a perigos.

Indicadores de Desempenho Social Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.

LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações (2012, p. 80).

O BB oferece a todos os seus funcionários benefícios compatíveis com o porte da organização, responsabilidade social e política de retenção de talentos, as quais extrapolam as exigências da legislação. Quais sejam:

- Ajuda de deslocamento noturno;
- Caixa executivo – vantagem em caráter pessoal. Pagamento, em caráter pessoal, da gratificação de caixa executivo por um período de 18 meses a partir do momento que o funcionário, afastado por Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho, retorne às atividades no Banco;
- Auxílios-Alimentação, refeição, creche/babá e ao filho com deficiência;
- Faltas abonadas;
- Prorrogação da licença-maternidade (até 180 dias de duração);

- Vantagem em Caráter Pessoal (VCP) – acidente de trabalho – pagamento, em caráter pessoal, da comissão por um período de 120 dias a partir do momento em que o funcionário, afastado por acidente de trabalho, retorna às atividades no Banco;
- Vantagens de remoção – destinam-se ao custeio parcial de despesas inerentes ao processo de desinstalação, instalação, deslocamento, entre outros, para os funcionários que efetuem mudança de residência devido ao comissionamento, no interesse do serviço;
- Indenização por assalto;
- Previ – Previdência Complementar;
- Programa de Assistência a Vítimas de Assalto e Sequestro (PAVAS);
- Programa de assistência social – controle do tabagismo;
- Salário-Maternidade;
- Vale-Transporte;
- Vantagem em Caráter Pessoal (VCP) – continuidade do pagamento em caráter pessoal, por determinado período da comissão exercida pelo funcionário quando há redução da dotação da dependência;
- Vantagem em Caráter Pessoal – LER – pagamento, em caráter pessoal, de vantagens relativas à gratificação de caixa, códigos 288 e 394, aos funcionários que, na véspera do afastamento por acidente de trabalho, exerciam a função de caixa executivo e foram licenciados com diagnóstico de Lesões por Esforço Repetitivo (LER);
- Cassi – assistência médica;
- BB Dental – plano odontológico;
- Licenças: adoção, maternidade, para acompanhar pessoa enferma da família (LAPEF) e prêmio;
- Programas de assistência social – adiantamentos – aquisição de óculos e lentes, catástrofe natural ou incêndio residencial, desequilíbrio financeiro, funeral de dependente econômico, glosas da Cassi, tratamento odontológico e tratamento psicoterápico;
- Programas de assistência social – auxílio – aquisição de medicamentos no exterior, assistência a portadores de deficiência, assistência médico-hospitalar,

assistência médico-social, deslocamento para tratamento de saúde no exterior, deslocamento para tratamento de saúde no País, doação/recepção de órgãos e transplantes, enfermagem especial, falecimento em situação de serviço, remoção em UTI móvel ou táxi aéreo e tratamento com hormônio do crescimento.

LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação Coletiva (2012, p. 82).

O Banco do Brasil apoia campanhas de sindicalização e mantém negociação permanente com realização de mesas temáticas para debate de temas escolhidos em comum acordo entre a organização sindical e o BB. Todos os empregados são contemplados por acordos de negociação coletiva, independente de serem sindicalizados.

LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional (2012, p. 83).

Os comitês formais de saúde e segurança, compostos por gestores e trabalhadores, auxiliam no monitoramento e no aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.

O BB mantém Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), de acordo com as orientações do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, conta com Grupos de Abandono (GRUA): equipes de funcionários preparados para atuar e coordenar as ações de retirada dos ocupantes das dependências do BB em caso de incêndio ou outras emergências. A constituição dos GRUAS está prevista em normativo interno para todas as dependências do Banco. Conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Representatividade de funcionários em comitês formais de saúde e segurança

| REPRESENTATIVIDADE DE FUNCIONÁRIOS EM COMITÊS FORMAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| ECOAs ⁽¹⁾ (número de funcionários) | 14.168 | 16.095 | 10.172 |
| CIPA (integrantes/quantidade total de funcionários) | 0,000481 | 0,00050 | 0,00055 |
| GRUA ⁽²⁾ (integrantes/quantidade total de funcionários) | 0,009761 | 0,01069 | 0,01240 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

(1) Equipes de comunicação e alto desenvolvimento.

(2) Grupo de abandono.

LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região (2012, p. 83).

Em 2012, as regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absenteísmo; seguidos das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, respectivamente; conforme Tabela 2. Ressalte-se que no período foi registrado um óbito decorrente de doença ocupacional.

Tabela 2 – Indicadores de saúde e segurança

| INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA⁽¹⁾ - % | SUL | SUDESTE | CENTRO-OESTE | NORTE | NORDESTE |
|---|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------|
| Taxa de Lesões (TL) ⁽²⁾ | 16,57 | 18,66 | 17,33 | 43,72 | 36,36 |
| Taxa de Absenteísmo ⁽⁵⁾ | 3,73 | 3,86 | 4,05 | 5,15 | 5,06 |
| Taxa de Doença Ocupacional (TDO) ⁽³⁾ | 2,98 | 2,79 | 2,60 | 8,35 | 6,50 |
| Taxa de Dias Perdidos (TDP) ⁽⁴⁾ | 81,24 | 104,98 | 162,91 | 340,10 | 427,78 |
| Percentual de dias perdidos | 0,43 | 0,22 | 0,49 | 1,00 | 1,41 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

(1) Em 2012 foi registrado um óbito

(2) TL = número de lesões/horas trabalhadas X 1.000.000.

(3) TDO = números de casos de doenças ocupacionais/horas trabalhadas X 1.000.000.

(4) TDP = número de dias perdidos relacionados ao trabalho/dias programados X 100.

(5) Absenteísmo = total de dias perdidos/dias programados.

LA9 Temas relativos à segurança e à saúde cobertos por acordos formais com sindicatos (2012, p. 83).

Está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contrec) – 2012/2013 a regulamentação do horário de repouso e de trabalho em atividades repetitivas; acesso e locomoção de deficientes físicos; e procedimentos especiais quanto à segurança bancária. O BB também disponibiliza em seu Acordo Coletivo de Trabalho o Programa de Reabilitação Profissional, que prevê a reinserção do profissional quando diagnosticada patologia que comprometa suas funções, tendo origem ocupacional ou não.

Ainda no âmbito do Acordo Coletivo estão previstas várias cláusulas com referência a saúde, segurança e condições de trabalho. Destacam-se a garantia do pagamento, por até 18 meses após o retorno ao trabalho, da gratificação de caixa ao funcionário que exercia a função e licenciou-se por motivo de lesão por esforço repetitivo; a complementação salarial quando da concessão de auxílio-doença previdenciário ou auxílio doença acidentário; bem como o Vantagem de Caráter Pessoal Licença-Saúde, que tem finalidade pagar ao

funcionário que retorna da licença-saúde acidentária ou previdenciária o valor atualizado da comissão recebido em seu último dia útil de trabalho anterior à data do afastamento pelo período de 12 meses.

LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira (2012, p. 84).

Anualmente, são definidos indicadores e metas relacionados à capacitação dos funcionários do Banco do Brasil. A Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB) realiza programas de educação corporativa, sejam desenvolvidos internamente ou contratados no mercado, que incentivam a continuidade da empregabilidade dos funcionários. São oferecidas bolsa de graduação e pós-graduação (bacharel, tecnólogo ou licenciatura) e bolsas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

A gestão de competências e aprendizagem contínua do BB incentiva a continuidade da empregabilidade dos funcionários, bem como o gerenciamento do fim da carreira. O BB oferece indenização por demissão ou aposentadoria para os executivos que se desligam pelo Programa de Alternativas para Executivos em Transição. Oferta também um curso opcional para os funcionários que pretendem se aposentar que aborda o tema “vida sem trabalho”.

LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira (2012, p. 85).

Os funcionários do BB são avaliados, formalmente e regularmente, por meio do sistema Gestão do Desempenho por Competências (GDP). Essa análise é realizada sob cinco perspectivas (financeira, clientes, processos internos, comportamento organizacional e sociedade) pelo superior, por subordinados, por pares (colegas) e pelos próprios funcionários (autoavaliação). Em 2012, 98,9% dos profissionais foram submetidos à avaliação por meio dessa metodologia.

LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade (2012, p. 81 a 82).

O Banco do Brasil mantém em sua estrutura corporativa pessoas de diversas faixas etárias, entretanto, a cada ano, constata-se a presença dominante de funcionários de maior faixa de idade, fato provável pela maior experiência e conhecimento que esse grupo carrega. No tocante ao gênero, os homens têm presença expressivamente superior à participação feminina e no que diz respeito à raça, predomina a cor branca em detrimento das demais, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Diversidade na governança

| DIVERSIDADE NA GOVERNANÇA⁽¹⁾ | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| POR FAIXA ETÁRIA | | | |
| De 26 a 35 anos | 4 | 1 | 1 |
| De 36 a 45 anos | 21 | 16 | 16 |
| Mais de 45 anos | 31 | 37 | 44 |
| POR GÊNERO | | | |
| Masculino | 51 | 50 | 56 |
| Feminino | 5 | 4 | 5 |
| POR RAÇA | | | |
| Branca | 32 | 32 | 31 |
| Amarela | 1 | 1 | 1 |
| Parda | 4 | 3 | 3 |
| Não informado | 19 | 18 | 25 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

(1) Considera integrantes do Conselho de Administração. Da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Em 2012, inclui ainda membros do Comitê de Remuneração.

Em relação ao quadro geral de funcionários, observam-se poucos funcionários com idade inferior a 25 anos, estando concentrados na área operacional. Os funcionários com faixa etária de 26 a 35 e 36 a 45 anos representam a maior parte dos funcionários com presença expressiva nos cargos gerenciais, proporcionando ao Banco inovações, sobretudo na forma de liderar. Os profissionais acima de 45 anos, por sua vez, também são em quantidade relevante, principalmente em cargos gerenciais. Tal fato ocorre no BB porque a instituição permite a permanência do funcionário aposentado na ativa. Essa é uma tendência de mercado, em virtude da queda na taxa de crescimento populacional que provoca envelhecimento da força de trabalho.

No que diz respeito ao gênero, os homens são maioria, especialmente em cargos gerenciais e técnicos. Embora a participação das mulheres como gestoras venha crescendo e sendo estimulada a cada ano, é relevante a diferença em relação aos homens.

Quanto à raça, negros, pardos e índios têm pouca participação em cargos técnicos e operacionais, embora venha aumentando a cada ano; de acordo com Tabela 4.

Tabela 4 – Diversidade no Quadro de Funcionários

| Diversidade no quadro de funcionários ⁽¹⁾ | 2011 | | | | 2012 | | | |
|--|-----------|---------|-------------|--------|-----------|---------|-------------|--------|
| | Gerencial | Técnico | Operacional | Outros | Gerencial | Técnico | Operacional | Outros |
| POR FAIXA ETÁRIA | | | | | | | | |
| Até 25 anos | 368 | 121 | 1.192 | 6.106 | 347 | 108 | 1.144 | 4.939 |
| | 10.567 | 4.338 | 8.900 | 19.113 | 11.245 | 4.497 | 9.067 | 18.214 |
| De 36 a 45 | 11.278 | 3.465 | 4.852 | 9.960 | 11.444 | 3.490 | 4.922 | 9.817 |
| Mais de 45 | 12.320 | 3.913 | 4.454 | 12.863 | 12.936 | 4.056 | 4.596 | 13.360 |
| POR GÊNERO | | | | | | | | |
| Masculino | 22.514 | 7.501 | 10.046 | 26.871 | 23.281 | 7.763 | 10.117 | 25.907 |
| Feminino | 12.019 | 4.336 | 9.352 | 21.171 | 12.961 | 4.478 | 9.612 | 20.423 |
| POR RAÇA | | | | | | | | |
| Negros | 624 | 226 | 461 | 1.312 | 716 | 255 | 507 | 1.305 |
| Negros, Pardos | 6.442 | 2.270 | 3.508 | 10.642 | 6.962 | 2.439 | 3.961 | 10.708 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

(1) Considera integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Em 2012, inclui ainda membros do Comitê de Remuneração.

LA14 Proporção de salário-base e remuneração entre homens e mulheres, por categoria funcional (2012, p. 81 a 82).

Não há diferenças salariais entre mulheres e homens que ocupam os mesmos cargos na empresa. (Ver Tabela 5).

Tabela 5 – Remuneração Média por Gênero e Categoria Funcional

| Remuneração média por gênero e categoria funcional (R\$) | 2011 | | Percentual da diferença entre as remunerações | 2012 | | Percentual da diferença entre as remunerações ⁽¹⁾ |
|--|-----------|----------|---|-----------|----------|--|
| | Masculino | Feminino | | Masculino | Feminino | |
| Gerencial | 7.853,50 | 6.623,38 | 18,57 | 8.254,62 | 7.014,46 | 17,68 |
| Técnico | 8.160,09 | 7.516,02 | 8,57 | 8.749,41 | 8.120,67 | 7,74 |
| Operacional | 4.017,41 | 3.917,77 | 2,54 | 4.293,56 | 4.183,79 | 2,62 |
| Outros | 3.190,78 | 2.829,53 | 12,77 | 2.932,70 | 2.781,65 | 5,43 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

O Banco do Brasil preserva um bom relacionamento com seus fornecedores pautado na transparência, respeito e no controle de qualidade, atendendo aos princípios de responsabilidade socioambiental e às legislações pertinentes.

O critério de contratações ocorre de forma imparcial e transparente, sem privilegiar interesses individuais, isto porque o BB se sujeita à Lei de Licitações, além da fiscalização de outros órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU), fato que assegura a clareza dos processos.

Nas especificações de compras de bens e contratações de serviços, desde que não restrinja a competição e em conformidade com a legislação, são exigidos critérios de responsabilidade socioambiental.

As minutas de contrato do Banco contêm cláusulas em que o fornecedor declara e compromete-se a não empregar direta ou indiretamente menores de 18 anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso. Obriga-se, também, a não empregar direta ou indiretamente, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), menores de 16 anos. Além disso, são estabelecidos critérios socioambientais para aquisição de papel, mobiliário e computadores, com o intuito de contribuir para minimizar impactos ambientais decorrentes das atividades sobre os recursos naturais.

O BB tem buscado, constantemente, promover o engajamento dos fornecedores na adoção de práticas de sustentabilidade em seus negócios. Em 2012, os fornecedores foram convidados a participar de eventos sobre a temática, tais como: Painel de *Stakeholders*, Painel de Diretrizes de Sustentabilidade BB para o crédito em Setores da Construção Civil e Mineração e o V Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade.

Indicadores de Desempenho Social Referentes a Direitos Humanos

HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos (2012, p. 2).

Todos os contratos de investimento significativos possuem cláusulas referentes a direitos humanos. O Banco Postal, que passou a integrar a rede Mais BB de correspondentes em 2012, encontra-se detalhado na página 2 do relatório.

HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas que foram tomadas (2012, p. 85).

Todas as minutas de contrato do BB possuem cláusula em que o fornecedor declara e obriga-se a não empregar direta ou indiretamente menores de 18 anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso. Obriga-se também a não empregar, direta ou indiretamente, menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz (a partir de 14 anos).

Além disso, critérios socioambientais estão inclusos nas especificações de compra relacionadas à aquisição de papel, mobiliário e computadores, entre outros.

HR3 Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.

O Banco não oferece treinamentos em direitos humanos.

HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas que foram tomadas.

Não houve número de casos (ações judiciais, reclamações registradas junto à organização ou às autoridades competentes por meio de um processo formal) de discriminação de raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social envolvendo *Stakeholders* internos ou externos.

HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito (2012, p. 82).

Não houve registro de ter ocorrido qualquer risco ao exercício dos direitos de associação e negociação coletiva em 2012; tendo sido o Banco do Brasil a primeira empresa do continente americano a ser signatária de Acordo Marco Internacional na UNI Américas, central sindical internacional, em que se compromete a respeitar o direito à liberdade de associação/sindicalização e à negociação coletiva.

HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil (2012, p. 85 a 86).

O relacionamento entre o Banco do Brasil e seus fornecedores é pautado no respeito, transparência e cumprimento das obrigações legais. Todas as minutas de contrato do BB possuem cláusula em que o fornecedor declara e obriga-se a não empregar direta ou indiretamente menores de 18 anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso. Obriga-se também a não empregar, direta ou indiretamente, menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz (a partir de 14 anos).

HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo (2012, p. 66, 70 e 85 a 86).

No tocante à concessão de crédito para o agronegócio, o BB considera relevante aspectos relacionados à responsabilidade socioambiental e à capacidade de geração de emprego e renda. Dessa maneira, o Banco não assume riscos de crédito com cliente que seja responsável por dano ao meio ambiente, que submeta trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo, que pratique a exploração sexual de menores e que pratique a exploração de mão de obra infantil. Em 2012, 2,9% dos contratos significativos continham cláusulas relacionadas a trabalho escravo ou análogo em 2,0% em 2011 e 5,3% em 2010.

HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou nos procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações (2012, p. 86).

É previsto nas contratações de fornecedores da área de segurança, treinamento formal em procedimentos específicos de direitos humanos. O treinamento Formação para Vigilantes (CFV) abrange 100% do pessoal contratado e inclui em sua grade curricular a disciplina Legislação Aplicada e Direitos Humanos, com carga-horária de dez horas-aula.

A atuação do BB junto à sociedade tem por objetivo transformar de maneira positiva e sustentável a realidade das comunidades através do trabalho, renda e educação. Essa forma de agir repercute favoravelmente à instituição, a qual tem sua imagem humanizada, fideliza clientes e diversifica os negócios.

Indicadores de Desempenho Social Referentes à Sociedade

SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas Comunidades, incluindo entrada, operação e saída (2012, p. 90).

O Banco do Brasil, em 2012, disponibilizou o volume recorde de R\$ 9,9 milhões, entre recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB), Instituto Cooperforte e decorrentes de sua renúncia fiscal através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), para apoiar projetos de entidades sociais que contam com a atuação de funcionários voluntários da ativa e aposentados.

No fim de 2012, 8,8 mil funcionários compunham o programa Voluntariado BB. A proposta está em contínuo desenvolvimento, buscando ampliar ainda mais sua atuação em

prol da comunidade. Ressalta-se um aumento significativo de 79% no número de voluntários, passando de 4.948 no fim de 2011 para 8.858 em dezembro de 2012.

SO2 Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção (2012, p. 29).

Todas as agências do Banco do Brasil utilizam um sistema automatizado, especialmente desenvolvido para detecção de crime de lavagem de dinheiro representando um percentual de 100% das unidades de negócios.

SO3 Percentual de empregados treinados nas políticas e nos procedimentos anticorrupção da organização (2012, p. 28 a 30).

O Banco do Brasil oferece aos seus funcionários ações de capacitação relacionadas à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento de atividades terroristas e aos aspectos críticos sob o ponto de vistas de riscos. São ofertados cursos presenciais e a distância e outros eventos de capacitação como seminários, palestras, *workshops*, Cartilha de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (disponível no Portal da Universidade Corporativa do BB) e divulgação de matérias relacionadas ao tema, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Percentual de Treinados em Práticas Anticorrupção

| CATEGORIA FUNCIONAL | PERCENTUAL DE TREINADOS |
|---------------------|-------------------------|
| Gerencial | 37,13 |
| Técnico | 66,32 |
| Operacional | 46,15 |
| Outros | 47,61 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção (2012, p. 29).

O não cumprimento dos preceitos de ações anticorrupção pode resultar em processo disciplinar com sanções que vão desde termos de ciência até demissão por justa causa, de acordo com gravidade da ocorrência. Os casos de corrupção são tratados com confidencialidade, não sendo registradas ações judiciais em 2012.

SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies (2012, p. 94 a 95).

Responsável pela conta única da União e pelo repasse de recursos a outros entes da Federação, o Banco do Brasil atua como agente financeiro do Tesouro Nacional, assim como também agente financeiro oficial de 16 estados e de 16 capitais. Junto com outros

órgãos federais atua na captação de recursos de fundos e programas, além de oferecer soluções específicas para todos os municípios brasileiros.

Em 2012, em virtude da ampliação dos limites de endividamento dos estados pelo governo, o BB agiu com celeridade na captação de recursos externos e no desenvolvimento/concessão de linhas de crédito por investimento e repactuação de dívidas.

Desempenhando atividades que o apresentam como importante agente de apoio e viabilização de políticas públicas, o BB atua baseado em cinco eixos: Gestão Municipal, Desenvolvimento Socioeconômico, Infraestrutura, Educação e Transparência na Gestão.

O Banco do Brasil começou, em 2012, a operacionalizar o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Concebido pelo Governo Federal para reduzir o déficit habitacional rural, essa programa faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida. No mesmo ano, aderiu ao Programa Municípios Verdes, que se constitui num pacto firmado entre o governo do Pará, entidades públicas, privadas e não governamentais, com o propósito de promover o desenvolvimento econômico paraense mediante a proposta de desmatamento zero, o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, baixa emissão de carbono e alta responsabilidade socioambiental. Para tanto, o BB se comprometeu em ofertar produtos e serviços que fomentem os propósitos do programa.

No que concerne à Política Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, o Banco do Brasil também atua como agente financiador da cultura de palma de óleo (dendê), visando à produção de óleo e biodiesel.

SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos (2012, p. 28 a 30).

Não foram localizados valores relativos ao indicador SO8 no Relatório de Sustentabilidade do Banco do Brasil.

Em meio a um cenário em que o setor bancário é um dos líderes em reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, o Banco do Brasil foi o único, entre as seis maiores instituições financeiras do Brasil, que teve o desempenho classificado como “bom” no Guia dos Bancos Responsáveis (GBR), publicado em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

Indicadores de Desempenho Social Referentes à Responsabilidade pelo Produto

PR4 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.

Não foram localizadas ações de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços.

PR7 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de *marketing*, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.

Em 2012, o BB apresentou dois casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de *marketing*, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

PR9 Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços (2012, p. 87).

Em 2012, o BB pagou R\$ 892.418,97 a título de multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços. Houve aumento de aproximadamente 63% em relação ao ano de 2011, quando foram contabilizados pagamentos de multas por não conformidade na ordem de R\$ 548.283,19.

Embora o BB tenha sido destaque entre as instituições financeiras brasileiras no âmbito da satisfação dos clientes do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR), o indicador PR9 da seção Responsabilidade pelo Produto mostra que o Banco necessita melhorar a gestão de seus produtos e serviços, garantindo que eles sejam adequados para o uso pretendido e que as comunicações supram as necessidades de informações requeridas pelos usuários.

No contexto ambiental, o Banco do Brasil é responsável direto e indireto pelos impactos ambientais decorrentes de sua atividade financeira, dessa forma a preocupação e o respeito com essa dimensão norteiam as práticas administrativas e negociais da Instituição.

O impacto direto ambiental do BB está associado ao exercício de sua atividade financeira no âmbito de suas instalações. Para mitigar danos causados em decorrência de sua operacionalização, o Banco realiza ações contempladas nos seguintes aspectos da dimensão ambiental: materiais; energia; água; emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços; conformidade, transporte e geral.

Indicadores de Desempenho Ambiental

EN1 Materiais usados, por peso ou volume (2012, p. 101).

O Banco do Brasil adotou desde 2011 a prática de aquisição de papel A4 branco de 70 gramas, o qual é produzido com tecnologia que utiliza 6,67% menos matéria-prima em relação ao tradicional de 75 gramas. Entretanto, no primeiro semestre de 2012, a produção

do papel de 70 gramas foi descontinuada pelo único fabricante do Brasil, motivo pelo qual o BB tornou a utilizar o papel de 75 gramas no segundo semestre.

EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem (2012, p. 102).

O Banco do Brasil mantém o Programa de Recondicionamento de Cartuchos de Toner (PROREC), cujos resultados, nos últimos três anos, são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Programa de Recondicionamento de Cartuchos de Toner (PROREC)

| PROGRAMA DE RECONDICIONAMENTO DE CARTUCHOS DE TONER (PROREC) | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Total Consumido | 107.475 | 109.229 | 103.263 |
| Volume Recondicionado | 106.081 | 103.801 | 99.651 |
| Percentual de Recondicionados | 98,7 | 95,0 | 96,5 |

Fonte Banco do Brasil (2012).

EN3 Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária (2012, p. 100).

A fonte de energia primária utilizada pelo Banco é o óleo diesel, que consiste num tipo de energia não renovável e também uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa. O consumo de energia direta pela organização e seus produtos e serviços, embora tenha tido uma pequena redução de 2010 para 2011, em 2012 apresentou consumo expressivamente maior em relação ao ano anterior, de acordo com Tabela 8.

Tabela 8 – Consumo de Óleo Diesel

| CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (GJoule) | |
|--|-----------|
| 2010 | 17.221,89 |
| 2011 | 15.801,54 |
| 2012 | 23.123,81 |

Fonte Banco do Brasil (2012).

EN4 Consumo de energia indireta, discriminado por fonte primária (2012, p. 100).

O consumo de energia indireta tem apresentado pequeno crescimento desde 2010, isso representa um esforço do Banco em reduzir a emissão de gases de efeito estufa, se a fonte de energia primária utilizada for renovável. A tabela 9 fornece o consumo total de energia indireta.

Tabela 9 – Consumo Total de Energia

| CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (TJOULE) | |
|--|-------|
| 2010 | 2.139 |
| 2011 | 2.307 |
| 2012 | 2.830 |

Fonte Banco do Brasil (2012).

EN5 Energia economizada em razão das melhorias em conservação e eficiência (2012, p. 100).

Através do Programa de Conservação de Energia Elétrica (Procen), o Banco do Brasil controla o consumo de energia elétrica em suas dependências desde 1990. Nos primeiros anos do Procen, houve uma redução de 48 GWh/ano, já, nos anos seguintes, o consumo energético estabilizou-se, não sendo implementado nenhum projeto de eficiência energética. Em 2012, houve um maior consumo de energia elétrica decorrente do crescimento organizacional do BB e da implantação de sistemas de ar-condicionado em dependências incorporadas do Banco Nossa Caixa.

EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia ou que usem energia gerada por recursos renováveis e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas (2012, p. 101 e 103 a 105).

O consumo de energia tem relação direta com as mudanças climáticas, uma vez que a queima de fontes de energia provenientes de combustível fóssil gera gás carbônico, um gás do efeito estufa.

No que se refere ao consumo de energia, o BB exige a ausência de gás CFC na aquisição de refrigeradores, além da apresentação do selo A do Procel ou equivalente quanto ao nível de consumo. Na locação de veículo para transporte de funcionários, impõe-se que sejam fabricados nacionalmente e que o motor seja flex (movido a álcool e gasolina).

Em 2012, o BB inaugurou duas agências ecoeficientes em São Paulo (SP) e Messejana (CE). Essas unidades foram projetadas para reduzir impactos ambientais desde a construção até a manutenção do próprio imóvel e são resultados de estudos para o desenvolvimento de soluções em sustentabilidade ambiental e eficiência energética. Entre os diferenciais das agências verdes, destacam-se: sistema híbrido de geração de energia, energia da rede e células fotovoltaicas; sistema de ar-condicionado isento de gases nocivos ao ambiente e reaproveitamento da energia térmica utilizada para resfriamento do novo ar de ingresso; maximização de iluminação e ventilação naturais; certificação LEED – nível

GOLD (Liderança em Energia e Design Ambiental), sistema de pontuação desenvolvido pelo *Green Building Council* (USGBC) dos EUA: obtida em setembro de 2012 pela agência de São Paulo (SP) e em processo de certificação na agência de Messejana (CE).

EN8 Total de retirada de água, por fonte (2012, p. 100).

O Banco do Brasil mantém o Programa de Uso Racional de Água (Purágua) que tem o propósito de aperfeiçoar continuamente o acompanhamento do consumo interno de água no intuito de reduzi-la. A água consumida nas dependências administrativas é proveniente de concessionárias, cujos sistemas são também utilizados pela Instituição no descarte de efluentes, conforme Tabela 10. Em 2012, houve redução do consumo de água nos edifícios estratégicos, resultado de um intenso trabalho de manutenção das instalações hidráulicas.

Tabela 10 – Consumo de Água nos Edifícios Estratégicos

| CONSUMO DE ÁGUA NOS EDIFÍCIOS ESTRATÉGICOS (M³)¹ | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Ed. Sede I | 70.465 | 101.016 | 86.773 |
| Ed. Sede II | 10.393 | 10.183 | 11.288 |
| Ed. Sede III | 39.151 | 37.611 | 36.476 |
| Ed. Sede IV | 37.673 | 40.507 | 45.547 |
| CCT | 14.141 | 37.440 | 25.146 |
| Tancredo Neves | 31.525 | 27.792 | 38.340 |
| Total | 203.348 | 254.549 | 243.570 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

(1) Consumo de água referente aos edifícios da administração do Banco do Brasil, todos localizados em Brasília (DF).

EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.

Não há reutilização de água.

EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso (2012, p. 103 a 105).

O crescimento organizacional da Instituição, em 2012, foi o principal responsável pelo aumento do consumo de combustível e acréscimo no consumo de energia elétrica. Quanto à alta variação positiva no volume de emissões de gases de efeito estufa no aspecto energia adquirida deve-se, em grande parte, ao aumento da conversão do Sistema Interligado Nacional (SIN), em relação ao mesmo período do ano anterior, ocasionado pelo

acionamento constante de geradores de energia termoelétrica que é mais poluente e não renovável.

Na tabela 11, foram consideradas emissões diretas aquelas relacionadas ao consumo de combustíveis para geração de energia elétrica e preparo de alimentos e emissões indiretas as relativas ao uso de eletricidade importada e consumida pela organização.

Tabela 11 – Inventário de Emissões de CO₂ do Banco do Brasil

| INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE CO₂ DO BANCO DO BRASIL | | | | |
|--|---------------------------------|---|--|---------------------|
| | FONTE DE EMISSÃO | 2011 | 2012 | VARIAÇÃO (%) |
| Emissões Diretas | Veículos Frota Própria (litros) | 4.435 t CO ₂ e (Álcool 844 mil) (Gasolina 2,45 milhões) (Diesel 115 mil) | 5.831 t CO ₂ e (Álcool – 621 mil) (Gasolina – 2,93 milhões) (Diesel – 89 mil) | 31,5 |
| | Geradores de Energia | 1.102 t CO ₂ e (Diesel – 439 mil litros) | 1.612 t CO ₂ e (Diesel – 642 mil litros) | 46,2 |
| | Biomassa | 1.757 t CO ₂ e | 1.539 t CO ₂ e | (12,4) |
| Emissões Indiretas | Energia Adquirida | 17.663 t CO ₂ e (697 milhões) | 54.235 t CO ₂ e (794 milhões) | 207 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso (2012, p. 103 a 105).

Em 2012, houve variação negativa da emissão de CO₂, conforme Tabela 12. Isto ocorreu devido o Banco do Brasil estar estimulando, ao longo dos anos, a utilização de suas salas de videoconferência, no total 237 espalhadas no país. Essa ação vem propiciando a redução gradual do número de bilhetes de passagens aéreas, consequentemente a redução de emissões de GEE oriundas desta fonte.

Tabela 12 – Inventário de Emissão de CO₂ do Banco do Brasil

| INVENTÁRIO DE EMISSÃO DE CO₂ DO BANCO DO BRASIL | | | | |
|---|-------------------------|--|---|--------------------|
| | Fonte de Emissão | 2011 | 2012 | Varição (%) |
| Outras Emissões Indiretas | Viagens Aéreas | 10.664 t CO ₂ e (78.311 bilhetes) | 7.954 t CO ₂ e (57.810 bilhetes) | (25,5) |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas (2012, p. 99, 101 e 103 a 105).

O Banco do Brasil é membro-fundador do Programa Empresas pelo Clima e do Programa Brasileiro GHC Protocol, os quais são destinados à reflexão e à proposição de ações de combate às mudanças climáticas. A Instituição também integra a Câmara Temática de Mudanças do Clima (CTClima), que tem o intuito de auxiliar as empresas na adoção de estratégias de exploração de oportunidades e minimização de riscos, preparando-as para uma realidade com restrições às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Em 2012, foi aprimorado o serviço de apresentação eletrônica de boletos de cobrança, que tem o propósito de substituir gradativamente os boletos de papel pela cobrança virtual. Desde sua implantação, em 2009, a não impressão dos boletos contribuiu para a redução de consumo de aproximadamente 41 mil eucaliptos, 74,4 milhões de litros d'água, 3,7 milhões de kW/h de energia, além de não jogar no meio ambiente mais de 12 mil toneladas de CO₂. Foi implementado, também, em 2012, o Sistema de Compensação Digital por imagem (CDI), que tem o objetivo de digitalizar todos os cheques emitidos no país e eliminar a necessidade transportá-los por meio de aviões, carros-fortes e barcos. A expectativa é que a emissão de CO₂ seja reduzida em 15 mil toneladas anuais, visto que 37 milhões de quilômetros anuais deixaram de ser percorridos.

Outra medida que gera grande impacto na redução da emissão de GEE é o funcionamento de 237 salas de áudio e videoconferência. Espalhadas por todo país, essas salas visam reduzir os deslocamentos aéreo ou terrestre.

EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição (2012, p. 102).

O BB possui um programa de coleta seletiva, de acordo com a Tabela 13.

Tabela 13 – Resíduos do Programa Coleta Seletiva

| RESÍDUOS DO PROGRAMA COLETA SELETIVA | VOLUME EM QUILOGRAMAS |
|---|------------------------------|
| Papel | 5.754.371 |
| Plástico | 120.665 |
| Metal | 69.647 |
| Pilhas e Baterias | 6.118 |
| Vidro | 3.973 |
| Total | 5.954.774 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

Em 2012 o Programa Coleta Seletiva foi expandido para os municípios de Ribeirão Preto (SP) e Florianópolis (SC) e para o estado do Rio Grande do Sul (RS). No tocante ao método de disposição, os resíduos sólidos recicláveis gerados são destinados às cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis credenciadas, conforme Decreto nº 5.940/06.

A Instituição mantém ainda o Programa de Recondicionamento de Cartuchos de Toner (Prorec), cujos resultados estão apresentados na Tabela 14.

Tabela 14 – Programa de Recondicionamento de Cartuchos de Toner (PROREC)

| PROGRAMA DE RECONDICIONAMENTO DE CARTUCHOS DE TONER (PROREC) | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Total Consumido ⁽¹⁾ | 107.475 | 109.229 | 103.263 |
| Volume Recondicionado | 106.081 | 103.801 | 99.651 |
| Percentual de Recondicionados ⁽²⁾ | 98.7 | 95.0 | 96.5 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).

(1) Toners originais + toners recondicionados.

(2) Volume de toners recondicionados/total consumido.

EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos (2012, p. 86, 87 e 99).

O Banco do Brasil oferece a seus clientes redes físicas e virtuais de atendimento e realização de operações. Ferramentas e plataformas digitais são disponibilizadas para facilitar a vida dos usuários, como o BB Code e o BB Token. A funcionalidade do BB Code, que pode ser utilizado por clientes com aparelho celular, utiliza o código de barras bidimensional QR-Code e técnicas de criptografia nas transações via Internet. Já o Gerenciador Financeiro, com a utilização do BB Token, permite a realização de movimentação financeira de forma mais segura. Além de redução do risco de fraudes, a funcionalidade permite a utilização de uma única senha para acesso e confirmação de transações e dispensa a impressão de diversos termos, colaborando com a ecoeficiência.

EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

O Banco do Brasil não registrou multas significativas ou sanções monetárias ambientais em 2012. Foram recebidas seis multas e sanções não monetárias ambientais.

EN 29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores (2012, p. 102 e 103).

Em 2012, foi oficialmente implementado o Sistema de Compensação Digital (CDI). A iniciativa tem o propósito de digitalizar todos os cheques emitidos no país e eliminar a necessidade de transportá-los por meio de aviões, carros-fortes e barcos, resultando em menos gastos, mais rapidez e segurança e redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Espera-se que sejam eliminadas cerca de 1000 rotas de transporte terrestre e 50 de aeronave, além de alguns percursos realizados por barcos em determinadas regiões. A expectativa, também, é que a emissão de CO₂ na atmosfera seja reduzida em aproximadamente 15 mil toneladas anuais, visto que cerca de 37 milhões de quilômetros anuais deixarão de ser percorridos.

O BB instalou, em 2012, 237 salas de áudio e conferência e as distribuiu por todas as unidades da Federação e em algumas dependências localizadas no exterior. Essa iniciativa visa reduzir o volume de deslocamentos aéreo ou terrestre de funcionários, gerando grande impacto na emissão de GEE.

EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo (2012, p. 108 a 111).

Em 2012, foram realizados gastos em proteção ambiental no valor total de R\$ 136.128,00. Esse montante equivale à soma de investimentos internos e externos. No âmbito interno, foram efetivados investimentos relacionados à produção/operação da empresa, que totalizaram R\$ 129.388,00. Já no ambiente externo, foram promovidos investimentos em programas e projetos no valor de R\$ 6.740,00. Em relação a 2011, houve aumento de aproximadamente 41% do total de investimentos. No ambiente interno, ocorreu aumento de aproximadamente 54% do total de investimentos, decorrente da elevação em R\$ 48.354 mil no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial. Em contrapartida, nos investimentos ambientais externos, houve redução em aproximadamente 46% do total investido.

Em suas atividades de financiamento, o BB atua como responsável indireto por impactos ambientais decorrentes da sua política de concessão de crédito.

Buscando conter riscos ambientais provenientes da má utilização do crédito pelos parceiros negociais, o Banco do Brasil, através dos seus normativos internos, prevê a vedação à contratação de operações destinadas a financiar atividades que causem impactos adversos ao meio ambiente, bem como exige a integral observância a legislação ambiental vigente.

Tamanha a importância do setor financeiro na mitigação dos riscos socioambientais é a existência do Suplemento Setorial Financeiro, que consiste em pronunciamentos

específicos para o setor, a fim de complementar as diretrizes estabelecidas pela GRI na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade.

Os indicadores contemplados no Suplemento Setorial Financeiro, considerados materiais no Relatório de Sustentabilidade do Banco do Brasil (2012), abordam os procedimentos relativos à análise de riscos socioambientais de financiamentos e monitoramento dos empreendimentos financiados, com o intuito de avaliar a conformidade com a política socioambiental do Banco.

Indicadores de Desempenho Suplemento Setorial Financeiro

FS2 Descrição dos procedimentos para acessar e analisar riscos ambientais e sociais nas linhas de negócio em relação a cada política (2012, p. 46 a 105).

Em 2012, o Banco do Brasil lançou o BOMPRATODOS, que inclui uma série de medidas abrangendo assessoria financeira, redução de taxas de juros das principais linhas de créditos voltadas para pessoas físicas e micro e pequenas empresas e aprimoramento do relacionamento com clientes. Esse programa permitiu o acesso de novas camadas sociais ao crédito, estimulando o consumo de bens.

Sob a estrita observância dos princípios de administração de risco, não houve mudanças nos critérios de análise de concessão de crédito das novas operações, assegurando a qualidade das carteiras.

Por ser signatário dos Princípios do Equador, o Banco do Brasil aplica os padrões de desempenho do *International Finance Corporation* (IFC) na análise de risco para financiamentos de grande porte, afim de que sejam desenvolvidos de maneira socialmente responsável e repercutam boas práticas de gestão ambiental.

O BB estabelece a condução de processo de avaliação socioambiental, buscando identificar impactos e riscos socioambientais relevantes e medidas de mitigação e gestão, para projetos na categoria A – impactos socioambientais adversos significativos e potenciais, considerados variados, irreversíveis e sem precedentes – e B – impactos socioambientais adversos potencialmente limitados, com número reduzido, geralmente específicos no local, em grande parte reversíveis e facilmente dirimidos por medidas de mitigação.

É exigível que o projeto esteja alinhado aos padrões de desempenho da IFC e que seja elaborado um plano de ação contemplando medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias para os impactos socioambientais identificados pela avaliação. Este material deverá ser revisado por um especialista socioambiental independente e colocado à

disposição do público a fim de auxiliar *due diligence* dos indicadores de desempenho dos Princípios do Equador.

No tocante à política de crédito para o agronegócio, o BB leva em consideração, além dos riscos inerentes ao negócio, os aspectos relacionados à responsabilidade socioambiental e à capacidade de geração de emprego e renda, não assumindo riscos de crédito com cliente que seja responsável por dano ao meio ambiente; que submeta trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou em condições análogas a escravo, que pratique a exploração sexual de menores ou a exploração de mão de obra infantil.

O BB exige, ainda, para a concessão de crédito rural, licenciamento ambiental da atividade, outorga de uso de água e, no Bioma Amazônia, comprovação da regularidade ambiental do imóvel, considerando os Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE), municipal ou estadual, e Agroecológicos (ZAE) disponíveis.

FS3 Descrição dos processos de monitoramento do cliente com respeito à implementação e a conformidade às exigências ambientais e sociais inclusas nos acordos ou operações (2012, p. 46 a 105).

O monitoramento se dá mediante fiscalização do Banco nos empreendimentos financiados. Trimestralmente ou semestralmente são realizadas avaliações socioambientais e apresentadas pelos especialistas socioambientais independentes aos financiadores. A conformidade das questões abordadas com os padrões de desempenho do IFC é condicionante para a liberação das parcelas do financiamento.

FS5 Descrição das interações com clientes e outros *stakeholders* com respeito a riscos e oportunidades ambientais e sociais (2012, p. 46 a 105).

Em parceria com a Agência Nacional de águas (ANA), A Fundação Banco do Brasil (FBB) e o WWF-Brasil, o Banco do Brasil lançou o Programa Água Brasil, que visa à conservação de recursos hídricos e, através da ação conjunta com a sociedade, busca soluções para os problemas associados ao tema.

Esse programa propiciou o engajamento de *stakeholders* na definição de diretrizes de sustentabilidade para o crédito com foco na construção civil e mineração. O Painel de Diálogo Direcionamentos de Sustentabilidade para a Área do Crédito – Construção Civil e Mineração teve a participação de clientes, funcionários de diversas áreas, especialistas em sustentabilidade, representantes da sociedade civil e do governo com o objetivo de incorporar as sugestões recebidas por esses públicos.

FS9 Extensão e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais e de procedimentos de avaliação de risco (2012, p. 68 a 76).

O Banco do Brasil, por ser signatário dos Princípios do Equador, aplica os padrões de desempenho do *Internacional Finance Corporation* (IFC) na análise de risco para financiamentos de grande porte, buscando garantir que sejam implementados de forma socialmente responsável e representem boas práticas de gestão ambiental.

A Instituição exige que os projetos estejam alinhados aos padrões de desempenho do IFC e às diretrizes EHS (saúde e segurança no trabalho) específicas do setor, e que seja elaborado um plano de ação abrangendo medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias para os impactos socioambientais identificados pela avaliação. Este material deverá ser revisado por um especialista socioambiental independente e disponibilizado ao público a fim de auxiliar a conformidade com os indicadores de desempenhos dos Princípios do Equador.

Trimestralmente e semestralmente, são realizadas avaliações socioambientais e apresentadas aos agentes financeiros pelos especialistas socioambientais independentes. A partir daí, a conformidade das questões abordadas com os padrões de desempenho do IFC é condicionante para a liberação das parcelas do financiamento.

A instituição procura aprimorar continuamente a relação com os públicos de relacionamento, prezando pela sua satisfação. Sua atuação abrange todas as regiões do país, inclusive em áreas com baixa densidade populacional e economicamente desfavorecidas, a exemplo: agências localizadas nas comunidades Rocinha, Cidade de Deus e Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e Paraisópolis, São Paulo.

O Banco desenvolveu, estrategicamente, o programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que busca fomentar o desenvolvimento das regiões brasileiras por intermédio de agentes econômicos, sociais, e políticos oferecendo soluções sustentáveis.

Com o intuito de ampliar o nível de transparência nas informações prestadas, o Banco do Brasil, desde 2010, publicou, pela primeira vez, seu Balanço Social em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade – 15 – informações de natureza social e ambiental.

Os resultados alcançados através do investimento social são avaliados continuamente e divulgados publicamente de forma objetiva e tempestiva. As políticas internas do BB definem como se dá as doações e parcerias estabelecidas, sendo vedado o repasse a organizações ou a iniciativas que tenham finalidade político-partidária.

4.2 FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Fundação Banco do Brasil (BB) iniciou suas atividades em fevereiro de 1988, a partir da proposta de organizar uma fundação dentro do Banco do Brasil e que tivesse suas funções direcionadas para o desenvolvimento social do País.

Instituída e mantida por uma das maiores empresas do sistema financeiro do país, a Fundação Banco do Brasil (FBB) é uma pessoa jurídica de direito privado e de fins não lucrativos, que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações na área da assistência social, educação, cultura saúde, recreação e desportos, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais.

A FBB contempla em sua estrutura de governança corporativa os seguintes órgãos: Conselho Curador, órgão superior de deliberação e orientação; Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização dos atos de gestão dos administradores e das atividades da Entidade e a Diretoria Executiva, responsável pela administração da Fundação, coordenando e implementando as decisões emanadas do Conselho Curador e os demais assuntos da Organização.

Para concretizar sua missão de promover a inclusão socioprodutiva, por meio de tecnologias sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, a Fundação tem como objetivo estratégico o fortalecimento dos investimentos sociais através de parcerias.

A aliança com entidades que atuam em consonância com a missão da FBB proporciona a reunião de recursos humanos, tecnológicos e financeiros dos parceiros envolvidos, contribuindo para fortalecimento e abrangência do trabalho social. Dentre os principais parceiros da Fundação Banco do Brasil, destacam-se o Banco do Brasil, que materializa, por meio da Fundação, seu investimento social privado; o BNDES, parceiro que viabiliza o investimento em empreendimentos de geração de trabalho e renda; o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Ministério da Ciência e Tecnologia; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Petrobrás; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A Fundação Banco do Brasil age de forma a identificar e mobilizar diversos atores sociais na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável das comunidades brasileiras.

Com foco de atuação nos eixos Geração de Trabalho e Renda e Educação e Cultura, a FBB, por meio da disseminação e reaplicação de tecnologias sociais, busca promover a inclusão socioprodutiva dos públicos priorizados, observando, ainda, os seguintes princípios

de sustentabilidade: respeito cultural, solidariedade econômica, protagonismo social e cuidado ambiental.

Essa concepção de tecnologias sociais valoriza a comunidade que, a partir da interação com agentes sociais, desenvolve produtos, técnicas e metodologias gerando aprendizagem constante e nova cultura tecnológica, tornando-se agente de transformação social.

Em 2012, foi realizado um total de R\$ 223,9 milhões em investimento sociais, o maior orçamento da história da Fundação segundo seu Relatório de Atividades, superando em 64% o valor investido no ano anterior. Esse volume expressivo de investimentos teve como beneficiários os segmentos mais vulneráveis da sociedade, como agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis, assentados da reforma agrária, quilombolas, extrativistas e populações indígenas.

Ao longo do ano, foram firmadas parcerias importantes, assumindo, inclusive, compromisso de colaborar com o governo federal nas suas políticas públicas de erradicação da pobreza. No âmbito do Programa Água para Todos, foi acordado junto ao Banco do Brasil o compromisso de construir, até 2013, 60 mil cisternas de placas no semiárido brasileiro. Durante a conferência Rio+20, foi firmado acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 100 milhões que favorecerá, em cinco anos, comunidades tradicionais, indígenas, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, assentados da reforma agrária e agricultores familiares da região amazônica.

4.2.1 Realização do Investimento Social em 2012

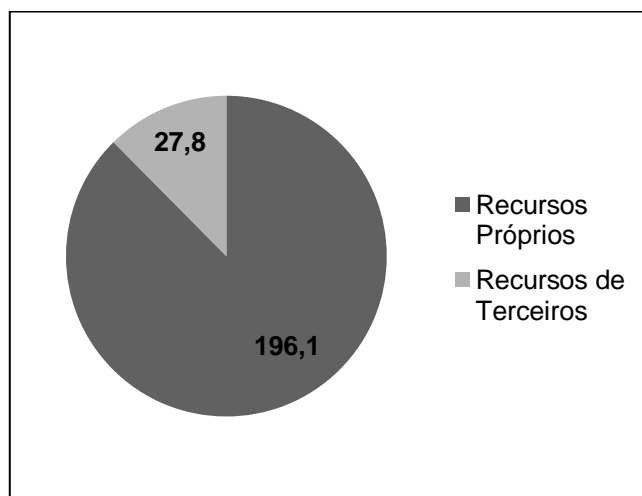
- **Origem dos Recursos**

Em 2012, a Fundação patrocinou 764 projetos, que favoreceram mais de 452 mil participantes diretos, totalizando R\$ 223,9 milhões investidos.

Do total de investimentos realizados, R\$ 196,1 milhões (88%) correspondem a recursos próprios da Fundação. Já os recursos de terceiros aplicados em projetos somaram R\$ 27,8 milhões, (12%) conforme Gráfico 1.

A parceria com o BNDES é a que envolve maior volume de recursos de terceiros. Em 2012 foi firmado compromisso na ordem de R\$ 100 milhões, em cinco anos, com a finalidade de apoiar projetos voltados para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis do Bioma Amazônia.

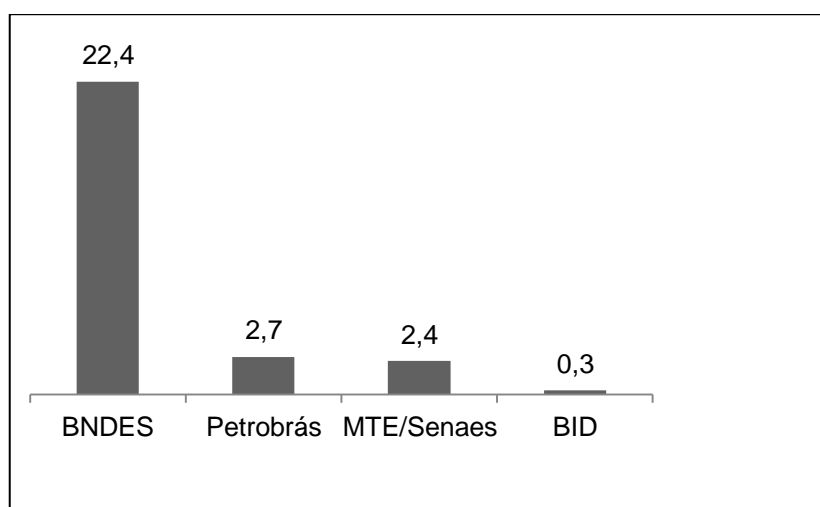
Gráfico 1 – Origem dos Recursos Investidos, FBB, 2012, (R\$ milhões)



Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

Os recursos de terceiros são provenientes das parcerias firmadas com o BNDES, o MTE/SENAES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Petrobrás, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Recursos de Terceiros, FBB, 2012, (R\$ milhões)



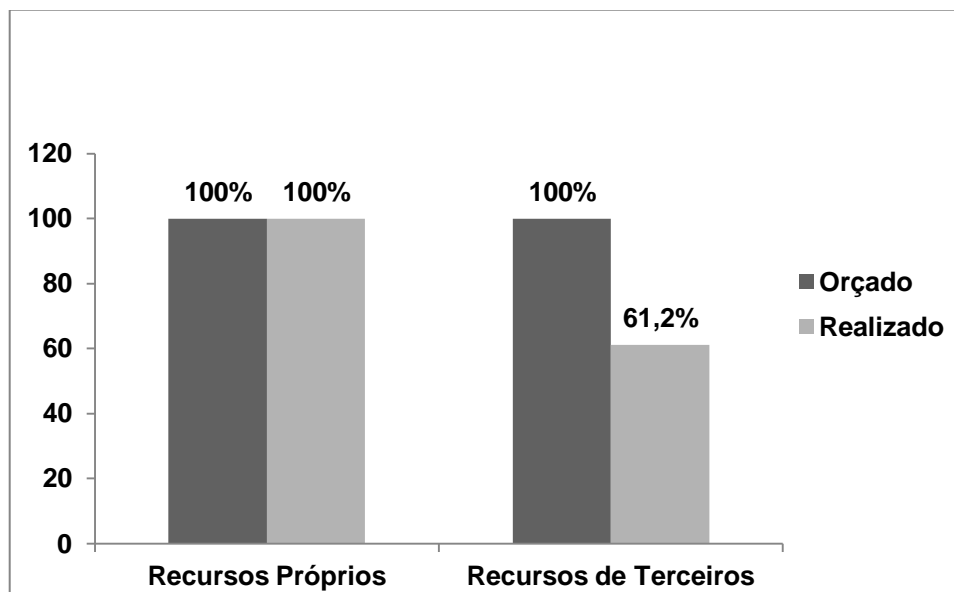
Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

Em 2012, a Fundação e o BNDES formalizaram acordo de cooperação técnica e financeira com a finalidade de apoiar projetos voltados para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis do Bioma Amazônia. O acordo previa aporte financeiro de R\$ 100 milhões, em cinco anos, sendo responsabilidade do BNDES alocar R\$ 60 milhões e da Fundação Banco do Brasil, R\$ 40 milhões.

O aproveitamento de recursos próprios da fundação atingiu o percentual de 100% do total orçado, sem variações expressivas em nenhum dos eixos de atuação. Em

contrapartida, a aplicação dos recursos de terceiros atingiu 61,2% do previsto, influenciando os indicadores de desempenho da Fundação, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Percentual de Realização, FBB, 2012, (%)



Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

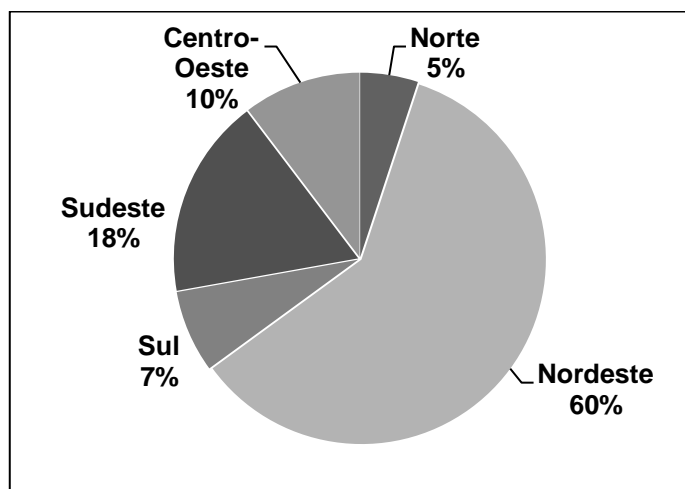
Este desempenho abaixo do previsto deveu-se à falta de tempo hábil para realização de um repasse financeiro de recursos do Convênio Fundo Amazônia, pelo BNDES, ocasionado por problemas operacionais associados ao início da parceria. Como a parceria com o BNDES é a que envolve maior volume de recursos de terceiros, o impacto na meta foi bastante relevante.

Em virtude da impossibilidade de formalização dos convênios, o valor relativo ao aporte do BNDES representou a inexecução de 33% do total do orçamento de Recursos de Terceiros no exercício de 2012, afetando os resultados dos Programas Geração de Trabalho e Renda e Reaplicação de Tecnologias Sociais. Além disso, ocorreu a sub-realização de recursos provenientes dos demais convênios, em virtude de dificuldades na localização, articulação e formalização de projetos para implantação de centros de referência em tecnologias sociais.

- **Distribuição Geográfica do Investimento Social**

As ações realizadas pela fundação têm abrangência nacional, tendo sido aplicados recursos em todas as regiões do país. A região Nordeste foi a que recebeu maior aplicação de recursos, aproximadamente 60% dos investimentos, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Percentual por Região, FBB, 2012, (%)



Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

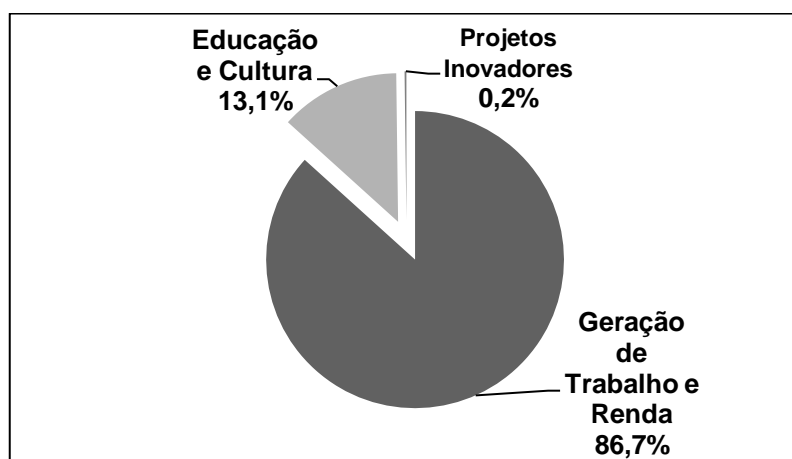
O investimento no Nordeste resultou das ações de reaplicação da Tecnologia Social Cisterna de Placas, implantadas, de forma representativa, em municípios de sete estados da região.

Em contrapartida, a região Norte foi a que menos recebeu recursos da FBB. Ressalte-se que essa região é bastante necessitada de investimentos socioambientais, pois além de abrigar uma população carente, é berço da localização do Bioma Amazônia, o qual necessita de constantes investimentos de conservação e preservação.

• Investimento Social por Eixo de Atuação

No tocante à aplicação por eixo de atuação, o maior volume de recursos aplicados foi direcionado às ações de Geração de Trabalho e Renda, que teve impacto significativo em virtude da ação “Cisterna de Placas”, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 – Percentual de Aplicação dos Investimentos Totais, FBB, 2012, (%)



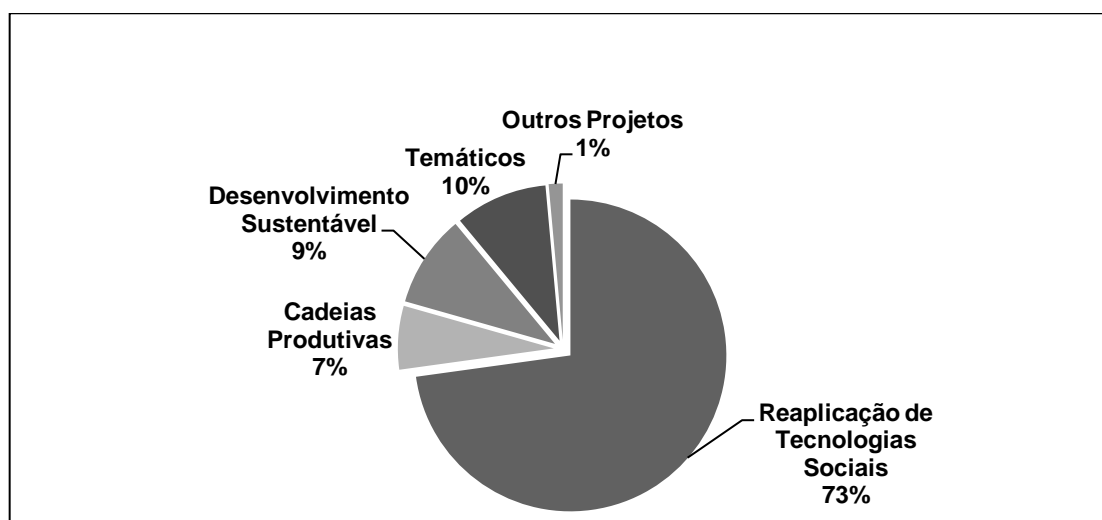
Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

No campo da Geração de Trabalho e Renda, o montante aplicado totalizou R\$ 194.175 mil e representou 86,7% do valor investido. A Fundação deu prosseguimento às ações de apoio às Cadeias Produtivas da Cajucultura, Mandiocultura, Apicultura e, em especial, a de Resíduos Sólidos, no âmbito do Projeto Canaforte, sendo despendidos R\$ 7,5 milhões de recursos da Fundação, BNDES, MTE/SENAES e Petrobrás.

Outro grupamento de grande relevância em 2012 foi o Desenvolvimento Regional Sustentável, que em parceria com a Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil apoiou 93 projetos em todo o país: 29 associados à estruturação de arranjos produtivos e desenvolvimento da economia solidária, 58 ao voluntariado e 6 ao Programa Água Brasil. Também foram difundidas com ênfase as seguintes tecnologias: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), Balde Cheio e Fossa Séptica Biogestora.

Com relação ao grupo Temáticos, concentram-se ações voltadas para temas específicos, como Agricultura Familiar, Desenvolvimento da Economia Solidária, Preservação de Biomas, Agroextrativismo e suporte às atuações sociais voluntárias de funcionários do Banco do Brasil, com ênfase em projetos de geração de trabalho e renda e, em caráter emergencial, no apoio às organizações atingidas pelas catástrofes naturais ocorridas no início de 2012 em diferentes regiões do país. Ver Gráfico 6.

Gráfico 6 – Percentual do Investimento Social em Geração de Trabalho e Renda, FBB, 2012, (%)



Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

A análise dos resultados dos Indicadores Chave de Desempenho do eixo Geração de Trabalho e Renda apresentou um total de 396 pontos. Ver Tabela 15.

Tabela 15 – Investimentos Geração de Trabalho e Renda

| Geração de Trabalho e Renda | | | | | |
|---|-------------|-----------|-----------------------|------|---------------------|
| Programas | Indicadores | Pontuação | Eficácia X Eficiência | Peso | Pontuação Ponderada |
| Reaplicação de Tecnologias Sociais | Eficácia | 330 | 426 | 70 | 296 |
| | Eficiência | 96 | | | |
| Cadeias Produtivas | Eficácia | 210 | 310 | 7 | 23 |
| | Eficiência | 100 | | | |
| Desenvolvimento Local Sustentável | Eficácia | 370 | 476 | 9 | 41 |
| | Eficiência | 96 | | | |
| Projetos Temáticos | Eficácia | 120 | 220 | 13 | 28 |
| | Eficiência | 100 | | | |
| Outros projetos – Geração de Trabalho e Renda | Eficácia | 380 | 476 | 1 | 6 |
| | Eficiência | 96 | | | |
| TOTAL | | | | | 396 |

Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

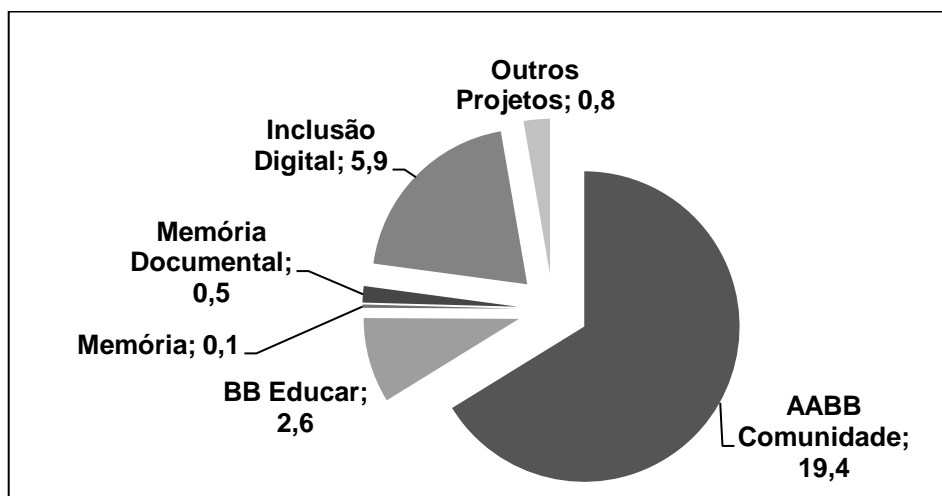
A classificação situa o desempenho no início da faixa “bom”. A escala de pontuação contempla os níveis: crítico, ruim, regular, bom e ótimo, e utiliza como referencial metodológico o *Balanced Scorecard – BSC* e o *Key Performance Indicators* (Indicador-chave de desempenho – ICD).

Quanto aos investimentos em Educação e Cultura, foram aplicados R\$ 29,3 milhões, representando 13,1%, tendo sido as operações concluídas conforme o planejado, alcançando, aproximadamente, 100% do previsto.

Nesse eixo, foram realizados investimentos no total de R\$ 29,3 milhões, representando, praticamente, 100% da execução orçamentária prevista. As ações são desenvolvidas através de cinco programas: AABB Comunidade, BB Educar, Inclusão Digital, Projeto Memória e Memória Documental. Ver Gráfico 7.

A maior parte dos recursos foi aplicada nos projetos do programa AABB Comunidade, representando 65,9% da destinação Educação e Cultura. Esse programa tem por objetivo contribuir para a inclusão, a permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de baixa renda, através de atividades socioeducativas, culturais, artísticas, esportivas e de saúde, integrando as famílias, a escola e a comunidade.

Gráfico 7 – Investimento Social em Educação e Cultura, FBB, 2012, (R\$ milhões)



Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

O cumprimento dos investimentos sociais na área Educação e Cultura, conforme análise dos Indicadores Chave de Desempenho, atingiu o total de 434 pontos, considerado bom, de acordo com Tabela 16.

Tabela 16 – Investimentos em Educação e Cultura

| Educação e Cultura | | | | | |
|--------------------|-------------|-----------|-----------------------|------|---------------------|
| Programas | Indicadores | Pontuação | Eficácia X Eficiência | Peso | Pontuação Ponderada |
| AABB Comunidade | Eficácia | 350 | 430 | 66 | 284 |
| | Eficiência | 80 | | | |
| BB Educar | Eficácia | 380 | 476 | 9 | 43 |
| | Eficiência | 96 | | | |
| Inclusão Digital | Eficácia | 400 | 432 | 20 | 87 |
| | Eficiência | 32 | | | |
| Memória Documental | Eficácia | 340 | 420 | 2 | 8 |
| | Eficiência | 80 | | | |
| Projeto Memória | Eficácia | 340 | 420 | 0,3 | 1 |
| | Eficiência | 80 | | | |
| Outros Projetos | Eficácia | 340 | 420 | 3 | 12 |
| | Eficiência | 80 | | | |
| TOTAL | | | | | 434 |

Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

Traçando um comparativo dos resultados, o eixo Educação e Cultura apresentou um melhor desempenho do que o eixo Geração de Trabalho e Renda. Embora as duas áreas de atuação estejam com índice de classificação “bom”, o eixo Educação e Cultura apresentou melhor pontuação, estando o contexto Geração de Trabalho e Renda no limite com o índice de classificação “regular”.

Já, em relação às ações do Banco de Tecnologias Sociais e projetos inovadores, foi aplicado um percentual pouco significativo do orçamento, em função de não se tratar de exercício de realização do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

O cumprimento dos investimentos sociais da Fundação em 2012, conforme a análise dos indicadores Chave de Desempenho, alcançou um total de 400 pontos, patamar que classifica o desempenho como “bom”. Ver Tabela 17.

Tabela 17 – Eixo de Atuação

| FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL | | | | | |
|-----------------------------|-------------|-----------|-----------------------|------|---------------------|
| Eixo de Atuação | Indicadores | Pontuação | Eficácia X Eficiência | Peso | Pontuação Ponderada |
| Educação e Cultura | Eficácia | 362 | 434 | 12 | 53 |
| | Eficiência | 72 | | | |
| Geração de Trabalho e Renda | Eficiência | 298 | 395 | 88 | 347 |
| | Eficácia | 97 | | | |
| TOTAL | | | | | 400 |

Fonte: Fundação Banco do Brasil (2012).

O Banco do Brasil possui o princípio do desenvolvimento sustentável incorporado à sua política empresarial, dessa forma desenvolve ações de caráter socioambiental para atender à necessidade de seus públicos de relacionamento, impulsionando a economia e promovendo o desenvolvimento do país.

Os investimentos socioambientais realizados pelo Banco contemplam educação e benefícios para o público interno e externo, desenvolvimento de atividades econômicas em comunidades, relações e parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs), investimentos em cultura e esporte, adoção de princípios e tratados internacionais sobre a temática, desenvolvimento de produtos socioambientais, fomento de programas sociais e instituição de uma fundação para atuar no social.

Quanto aos investimentos dispensados ao seu público interno, o Banco do Brasil oferece a seus funcionários benefícios sociais que extrapolam as exigências da legislação. As ações compreendem: gestão do desempenho e ascensão profissional; liberdade de

associação e negociação coletiva; participação no resultado da empresa; educação e capacitação; saúde e previdência; segurança e medicina do trabalho; transporte; alimentação; veículos de comunicação interna; programa voluntariado; assistência social e bem estar do funcionário, através do programa qualidade de vida no trabalho.

No que tange aos usuários externos, o BB promove investimentos socioambientais aos diversos segmentos com o qual se relaciona.

No relacionamento com acionistas e investidores, o BB busca fornecer informações de qualidade, prezando pela transparência e tempestividade. Para o segmento clientes, o BB disponibiliza canal de comunicação para exposição de reclamações; denúncias; sugestões e elogios; ações de promoção da acessibilidade; desenvolvimento de produtos e serviços com atributos socioambientais como o agronegócio e o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS); inclusão bancária e estímulo à formalização de pequenos negócios.

Em relação aos fornecedores, o BB possui relacionamento compatível com os princípios de Responsabilidade Socioambiental. Exemplo disso é a exigência da conformidade com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias no relacionamento com seus empregados, bem como a apresentação de declaração dos fornecedores, atestando o não emprego de mão de obra infantil e escrava.

O BB é um dos principais parceiros do Governo na execução das políticas sociais e no fomento à economia brasileira, colaborando para o processo de inclusão dos grupos de maior vulnerabilidade social.

No aspecto ambiental, o BB tem o respeito ao meio ambiente como um dos princípios norteadores de suas práticas administrativas e negociais. Internamente, implantou o Programa de Ecoeficiência, que realiza ações voltadas para a coleta seletiva, o gerenciamento de consumo de água e energia, adoção de critérios ambientais na seleção e gerenciamento de fornecedores, práticas de reutilização de cartuchos e reciclagem de materiais.

No âmbito de seus negócios, o BB, em seus normativos, veda operações destinadas a financiar atividades que possam causar impacto ambiental, bem como exigências para observância da legislação ambiental. Além disso, investe em projetos de conservação e preservação ambiental por intermédio da Fundação Banco do Brasil e do Programa Água Brasil.

Em seu relacionamento com a comunidade, o BB promove investimentos sociais em cultura, esporte, bem como doa parte de seu imposto devido, através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), para apoiar projetos de promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente.

Com o propósito de reforçar sua atuação perante a comunidade, o Banco do Brasil instituiu a Fundação Banco do Brasil para realizar seu investimento social privado. A atuação socioambiental da FBB está orientada para a reaplicação de tecnologias sociais nas áreas de Geração de Trabalho e Renda e Educação e Cultura.

A FBB direciona seus investimentos socioambientais, prioritariamente, para comunidades de agricultores familiares, agroextrativistas, assentados, quilombolas, indígenas e catadores de materiais recicláveis em todo país; sobretudo em regiões com baixos índices de desenvolvimento humano e comunidades sob maior risco de exclusão social.

Embora a Fundação Banco do Brasil seja uma extensão da política de Responsabilidade Socioambiental da entidade financeira que a instituiu, ambas possuem forma de atuar diferente. Enquanto, o BB realiza ações socioambientais que abrangem diversos segmentos, desde usuários internos a usuários externos, a FBB possui forma de atuar específica em segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Portanto, conclui-se que há uma sinergia entre as ações do Banco e da FBB, visto que atuam em áreas complementares, assim como, também, a Fundação conta com recursos de outras fontes, além do BB.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições financeiras têm reconhecido a importância da Responsabilidade Socioambiental na execução das suas atividades e têm incorporado o tema à sua estratégia de atuação. Os bancos, em decorrência das suas funções, exercem grande influência no cotidiano das comunidades/sociedade e dos setores econômicos, daí sua importância como agente de transformação social.

Neste estudo, busca-se analisar, por meio dos Relatórios de Sustentabilidade, a política socioambiental proposta pelo Banco do Brasil e pela Fundação Banco do Brasil; e, em caráter específico, destacar a importância da instituição de uma Fundação para atuar nas atividades sociais, explorando as áreas de atuação e os investimentos socioambientais efetuados por cada Entidade.

O setor financeiro não apresenta forte impacto socioambiental direto, em contrapartida, indiretamente, a atividade bancária possui grande impacto, que se dá em face das suas operações de financiamento para outras entidades e do relacionamento com fornecedores.

A atuação do BB, seja no deferimento de crédito ou na contratação de fornecedores, é bastante criteriosa; sendo as parcerias firmadas somente após a observância dos critérios socioambientais estabelecidos.

O Banco do Brasil compreendendo a necessidade de alinhar-se ao conceito de Responsabilidade Socioambiental vem, ao longo dos anos, inserindo a temática no desempenho de sua atividade financeira. As ações estão materializadas por meio de projetos sociais em meio ambiente, saúde, educação, cultura, esporte, voluntariado, apoio à criança e ao adolescente, critérios socioambientais na seleção de fornecedores e adesão a tratados e acordos que tratam sobre a temática.

Um aspecto relevante no comportamento socioambiental da Entidade é a divulgação através do Relatório de Sustentabilidade e do Balanço Social da sua performance socioambiental. Isto evidencia a relevância que o Banco dedica ao assunto, posto que, anteriormente, as instituições financeiras limitavam-se apenas à exposição de informações de caráter econômico.

A análise do Relatório de Sustentabilidade do BB demonstra uma variedade de benefícios concedidos aos seus usuários internos, além de um estruturado programa de ecoeficiência, que possibilita a gestão ambiental na própria empresa. Isto evidencia que a política socioambiental da Instituição age de dentro para fora, disseminando os princípios socioambientais no âmbito da organização.

O exercício da Responsabilidade Social pelo BB está atrelado ao desempenho de sua atividade econômica, abrangendo os diversos *stakeholders* com os quais se relaciona. Adicionalmente, a capilaridade, o porte da instituição e o potencial relacionamento com os diversos públicos, permite a disseminação dos princípios socioambientais, atuando como indutor de mudanças.

Visando ampliar seu universo de atuação, o Banco do Brasil criou a Fundação Banco do Brasil para realizar seu investimento social privado. Esta tem sido uma tendência das instituições financeiras, que pretendem ampliar seu universo de atuação socioambiental.

Como exemplo de instituições financeiras brasileiras que criaram fundações para atuar no contexto social pode ser citado o Bradesco, que, através de sua Fundação, busca promover investimentos socioambientais na área da Educação; e a Fundação Itaú Social, que direciona seus investimentos socioambientais para as áreas de Educação e Avaliação Econômica de Projetos Sociais.

A Fundação Banco do Brasil é uma instituição do Terceiro Setor organizada com fins exclusivamente sociais. Sua área de atuação tem como foco a Geração de Trabalho e Renda e Educação e Cultura, alcançando, principalmente, as regiões menos favorecidas do Brasil. Ressalte-se que, embora a maior parte dos recursos utilizados pela Fundação seja proveniente da Entidade que a instituiu, a FBB opera também com recursos de terceiros, originados de parcerias com empresas adeptas dos princípios socioambientais.

As ações da FBB são realizadas em todo território nacional com ênfase nas regiões mais vulneráveis à exclusão social, tendo sido investidos, em 2012, R\$ 223,9 milhões. Tal fato é evidenciado na destinação de aproximadamente 60% dos recursos à região Nordeste, no exercício em análise. Em contrapartida, a região Norte foi a que menos recebeu recursos da instituição, e, assim como a região Nordeste, o Norte possui uma população bastante carente de investimento sociais, além da necessidade de investimentos na preservação do Bioma Amazônia.

O Banco do Brasil, no âmbito dos indicadores sociais internos, realizou, em 2012, investimentos no total de R\$ 9.741.018,00; já o total de investimentos em indicadores sociais externos somou R\$ 2.329.729,00, sendo R\$ 479.412,00 referentes às contribuições para a sociedade e R\$ 1.850.317,00 em tributos.

Na dimensão ambiental, o Banco do Brasil promoveu investimentos no total de R\$ 129.388,00 relacionados com a produção e operação da empresa; no tocante a programas e projetos externos, os investimentos corresponderam a R\$ 6.740,00. Logo, o montante aplicado em indicadores ambientais foi de R\$ 136.128,00.

Traçando uma análise comparativa, a FBB possui um universo de atuação mais específico e delimitado às classes mais vulneráveis da sociedade, enquanto o BB dispensa seus investimentos socioambientais a diversos segmentos da sociedade. Outra diferença na maneira de desempenhar a atividade socioambiental consiste na exclusividade da FBB em atuar no âmbito social, enquanto o Banco possui sua atuação socioambiental atrelada à atividade econômica.

REFERÊNCIAS

- ARREBOLA, M. C. **Responsabilidade social corporativa: competitividade e desenvolvimento social. A prática do setor supermercadista.** *In: Seminário em Administração – FEA – USP, 7, 2004, São Paulo.* Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual 2012.** Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/RelAnual2012.pdf>. Acesso em 15 jun. 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Financeiro Nacional.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 01 set. 2013.
- BORGES, J.F; MIRANDA, R.; VALADÃO, V. M. J. O Discurso das Fundações Corporativas: Caminhos de uma ‘nova’ filantropia? **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 101-115, out./dez. 2007.
- CARVALHO, C. S. *et al.* Balanço Social: características, uso e resultados obtidos pela Caixa Econômica Federal no triênio 2005/2007. **Revista de Ciências Gerenciais**, São Paulo, v. XII, n.18, 2009.
- CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, A. S. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de Sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica Sul americano *In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, XII, 2009, São Paulo. Anais...* São Paulo: FGV, 2009.
- COSTA, E. H. da. **Fundamentos de Responsabilidade Social Empresarial.** Rio de Janeiro: E. Homem da Costa, 2007.
- COSTA, A. C. V.; SILVA, M. E.; GOMEZ, C. R. P. A influência dos *stakeholders* no processo decisório: um estudo em uma organização do terceiro setor. *In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, XIII, 2010, São Paulo. Anais...* São Paulo: FGV, 2010.
- EQUATOR-PRINCIPLES. **Membros e Relatórios.** Disponível em: <http://www.equator-principles.com/index.php/members-reporting/members-and-reporting>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- FEBRABAN. **Relatório Anual – 2012.** Disponível em: http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Febraban_RA2012_11.pdf . Acesso em: 04 jun. 2013.
- FERNANDES, F. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 101-132, dez. 2010.
- FERREIRA, F. L.; *et al.* Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e o relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da *global reporting initiative* GRI. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, VI, 2009, Rio de Janeiro. Anais...* Rio de Janeiro, 2009.
- FÓRUM BANCO CENTRAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA, 3, 2011, Brasília. **Anais.** Brasília, 2011.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Relatório Social – 2012**. Disponível em: <http://www.fbb.org.br/data/files/96/C3/24/6D/ACB7F310FBEC77F3BD983EA8/Relat_rio%20Social%202012.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

FUNDAÇÃO BRADESCO. **A Fundação**. Disponível em: <<http://www.fb.org.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **A Fundação**. Disponível em: <<http://www.fundacaoitausocial.org.br/a-fundacao/quem-somos/>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

GIL, A. C., 1946. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em 07 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Balanco social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Perguntas Frequentes**. Disponível em <http://www.internethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em: 03 jun. 2013.

LADEIRA, D. L. **Teoria dos stakeholders no contexto da governança corporativa: um estudo de caso**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 104 f. 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamento de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 2010.

MAINARDES, E. W. *et al.* Um novo modelo de classificação de *stakeholders*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em administração, 2011. p. 1-13.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, J. C. G. D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Bancário Brasileiro: práticas de sustentabilidade adotadas pelos dez maiores bancos atuantes no país**. 2011. Monografia (Bacharelado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade de Brasília, 76f. 2011.

NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A. C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da *global reporting initiative*. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 4, p. 119-139, out./dez., 2012.

PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. Investimento Social Privado: O papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais. **REUNA**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 121-138, mai./jun. 2011.

RABELO, N. S.; SILVA, C. E. Modelos de indicadores de responsabilidade socioambiental corporativa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.2, n.1, p.5-30,

2011.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2011.

ROSA, A. M.; *et al.* **Responsabilidade sócio-Ambiental.** Lins-SP, 2009.

SANTOS, E. C. R. M. Responsabilidade Social ou filantropia? **Revista Técnica da Sanepar**, Curitiba, v. 20, n. 20, p. 18-27, jul./dez. 2003.

SILVA, C. H. da. **SUSTENTABILIDADE NO BANCO DO BRASIL S.A: A Responsabilidade Socioambiental para além da Vantagem Competitiva.** 2008. Monografia (Especialização em Gestão de Pessoas) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, f.134, 2008.

SOUSA, A.F.; ALMEIDA, R.J. Planejamento e Controle financeiro na perspectiva da teoria dos *stakeholders*. **Revista Adm.**, v. 38, n.2, p 144-152. São Paulo, 2003.

SOUZA, L. A. de. **Investimento Social Privado: Um estudo de caso na organização Bairro da Juventude.** 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, f.124, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

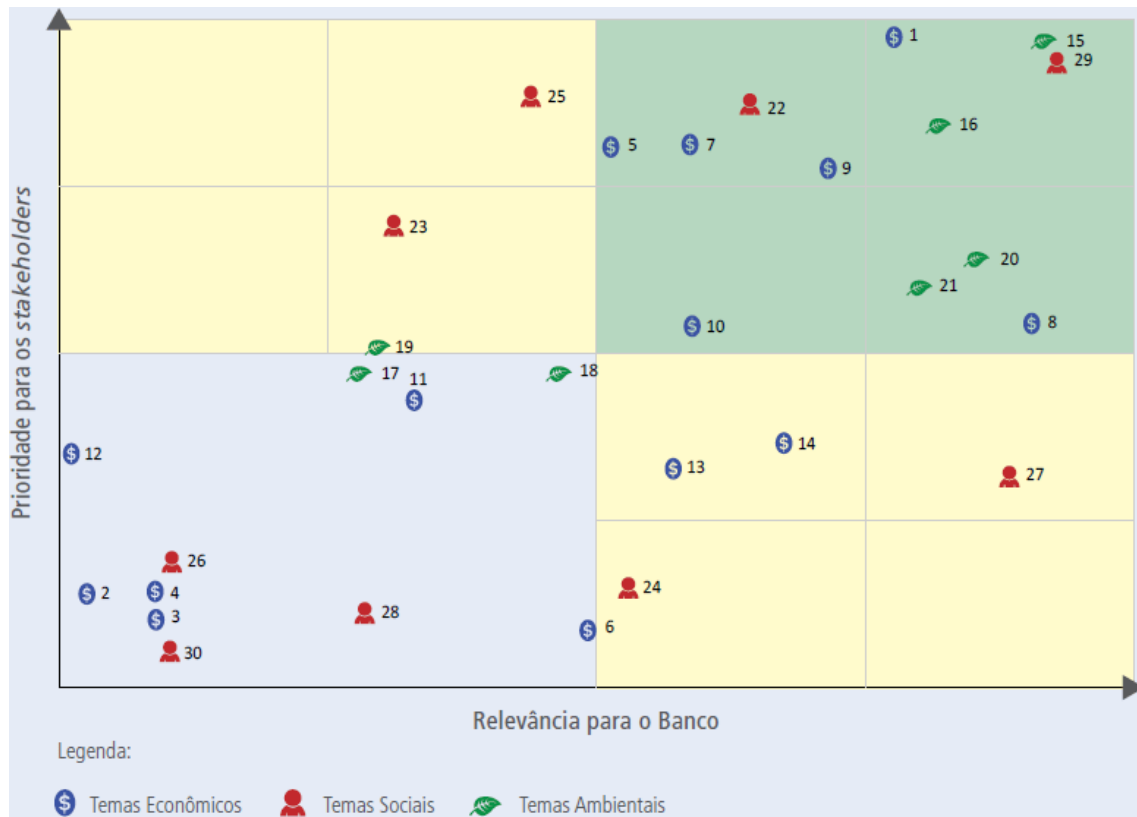
ANEXOS

Anexo A – Balanço Social

| | |
|--|--|
| 1. Base de Cálculo | Informações que correspondem à receita líquida; o resultado operacional apresentado pela organização e a folha de pagamento bruta contabilizada no período. |
| 2. Indicadores Sociais Internos | Informações relacionadas a ações sociais da empresa realizadas em conjunto com seus colaboradores (alimentação, previdência privada, saúde, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creche ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados, entre outros benefícios). |
| 3. Indicadores Sociais Externos | Informações que correspondem a ações sociais da empresa exercidas em parceria com a sociedade (reúne o total das contribuições em prol da sociedade mais os tributos, sendo destes excluídos os encargos sociais). |
| 4. Indicadores Ambientais | Informações operacionais da empresa que envolvam o meio ambiente, ou seja, quanto foi investido para recuperar o que por ela foi prejudicado. Esses investimentos referem-se a projetos externos como despoluição, Conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas, bem como investimentos para melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção da empresa, como, por exemplo, gastos com introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, entre outros. |
| 5. Indicadores do Corpo Funcional | Informações sobre funcionários (número de mulheres atuantes na empresa, número de negros, número de estagiários, número de empregados contratados acima de 45 anos, entre outros indicadores do corpo funcional). |
| 6. Informações relevantes | Quanto ao exercício da cidadania empresarial e um questionário relacionado à participação dos funcionários no que diz respeito a ações de responsabilidade social conduzidas pela empresa. |
| 7. Outras Informações | Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência |

Fonte: IBASE (2013).

Anexo B – Matriz de Materialidade do Banco do Brasil, 2012



Fonte: Banco do Brasil (2012).

Anexo C – Indicadores Relevantes para o Banco do Brasil e para os Stakeholders, 2012

| DIMENSÃO | OBJETIVO | INDICADORES GRI |
|------------------|--|---|
| ECONÔMICA | Aprimorar a estrutura de governança em sustentabilidade, envolvendo a alta administração, a fim de reforçar o compromisso do Banco com o tema. | 1.2, 4.1, 4.7, 4.9, 4.10 |
| | Aprimorar a gestão de pactos e compromissos assumidos em sustentabilidade. | 4.9/4.12/4.13 /LA3/LA4/LA6/LA7/LA9/ LA11/LA12/LA13/LA14/HR1/HR2/ HR3/ HR4/HR5/HR6/HR7/HR8/SO2/SO 3/SO4 |
| | Aprimorar a gestão dos riscos econômicos, sociais e ambientais na cadeia de fornecedores. | HR2/HR6/HR7/HR8 |
| | Identificar oportunidades socioambientais na cadeia de fornecedores que gerem benefícios comerciais ao Banco (redução de custos/aumento receita/mitigação dos riscos) | EC6/EC8/EC |
| | Reforçar a atuação do Banco como um agente impulsionador de práticas sustentáveis em sua cadeia de fornecedores. | HR1/HR2/HR3/HR4/HR6/HR7/ HR8/EN29 |
| | Aprimorar as práticas do Banco sobre a questão de compras sustentáveis. | EN2/EN30 |
| AMBIENTAL | Aprimorar e sistematizar a identificação de oportunidades comerciais para o desenvolvimento de produtos que atendam às demandas originadas por questões ambientais (tendências/novas regulamentações sobre o uso dos recursos naturais) e mudanças climáticas (demanda de financiamentos de infraestrutura para a adaptação às mudanças climáticas). | EC2/EN6/EN26 |
| | Aprimorar a gestão dos indicadores de ecoeficiência (redução/compensação das emissões, consumo de energia, consumo de papel, uso de energia renovável, geração de resíduos e consumo de água). | EN1/EN2/EN3/EN4/EN5/EN8/EN1 0/ EN16/EN17/EN18/EN22 |
| | Aprimorar a gestão de risco socioambiental em financiamento (exceto aqueles riscos relacionados às mudanças climáticas) | FS2/FS3/FS5/FS9/HR6/HR7/EN2 8 PR4/PR7/PR9/SO8 |
| | Aprimorar a gestão de risco socioambiental em operações de investimento próprio de terceiros (exceto aqueles riscos relacionados às mudanças climáticas). | FS2/FS3/FS5/FS9/HR6/ HR7/EN28/PR4/PR7/PR9/SO8 |
| SOCIAL | Aprimorar a relação entre o Investimento Social Privado (IPS) e a estratégia de negócios. | SO1/SO5 |
| | Manter e expandir o papel do Banco como um agente indutor do desenvolvimento sustentável por meio da inclusão financeira e dos negócios sociais (Microcrédito Produtivo Orientado – MPO), Programa de Financiamento Estudantil – Fies, Minha Casa Minha Vida – MCMV e BB Crédito Acessibilidade, entre outros) integrando programas e políticas públicas, parcerias com o setor privado e estratégias de desenvolvimento sustentável do BB (investimento social privado, voluntariado, inclusão digital e desenvolvimento regional sustentável). | SO1/SO5 |

Fonte: Banco do Brasil (2012).